



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44.3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



LICITAÇÕES

PROCESSO: 160/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial N° 117/2017

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

SOLICITANTE: Secretaria de Administração

DATA DO INICIO DO PROCESSO: 27/10/2017

DATA DE ABERTURA DO PREGÃO: 14/11/2017



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

02

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Administração necessita de publicar os seus atos oficiais em um jornal de grande circulação no Estado, como: avisos, editais, serviços estes com recursos estadual/federal/municipal, é sabido que estas publicações são de suma importância para a legalidade do processo e ainda a fim de ampliar sua área de divulgação e competição.

Assim solicitamos a abertura de um processo licitatório para a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, num valor aproximado de R\$ 13.732,00 (Treze Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais).

Alto Paraíso - PR, 27 de Outubro de 2017.

JOB REZENDE NETO
Secretario Geral de Administração

03

Um grande jornal em um só lugar

Gazeta do Paraná

Cascavel, 27 de outubro de 2017.

ORÇAMENTO

Para o Município de Alto Paraíso
A/c depto de compras.

Para a publicação de editais, sumulas, atas enfim publicidade legal das ações do município. Em jornal de grande circulação. O Valor do CM/COL R\$ 16,00 (Dezesseis Reais).



Grato.
Julio Luchessa
Gerente Comercial,
Publicita Edição e Impressão de Jornais.
72.058.845/0001-49

72.058.845/0001-49

PUBLICITA EDIÇÃO E
IMPRESSÃO DE JORNAIS - EIRELI - ME

RUA FORTUNATO BEBBER, 882
PACAEMBU - CEP 85816-300
CASCAVEL - PARANÁ

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-PR.

- Fonte arial;
- Tamanho fonte 08 (oito);
- Espaço entre caracteres normal;
- Espaço entre linhas automático/simples;
- Recuo entre margens esquerdo e direito 0 (zero);
- Alinhamento justificado;
- Prazo publicação: dia seguinte à ordem.
- Mínimo de duas colunas por publicação.

IMPORTANTE:

- Circulação estadual de no mínimo 5 dias por semana
- Mínimo de 30.000 exemplares meses.

CLASSIFICADOS

Cm/coluna

Valor Unit. R\$ 29,00 (vinte e nove reais)

Prazo de Pagamento: 15 (quinze) dias consecutivos, após emissão da Nota Fiscal

Prazo de Validade do Orçamento: 60 (sessenta) dias consecutivos

Prazo de Entrega da Mercadoria/Serviço: 01 (um) dia consecutivo

Londrina, 27 de Setembro de 2017.



EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A.
CNPJ 77.338.424/0001-95
André Eduardo Raimundo
Consultor de Vendas a Governo
CPF: 034.625.509-00 RG: 6.365.137-0 SSP/PR



PROPOSTA

Prezados,

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços de publicidade legal em âmbito estadual

Editora O Estado do Paraná S/A
CNPJ: 76.568.708/0001-05
Inscrição Estadual: 90603147-70
RG 3.164.251-5 CPF 768.192.999-15
Rua José Loureiro, 282 Centro 41 3321-5254
Banco Bradesco 237 Ag 3645-5 C/C 004915-8

Item	Descrição do material/Serviço	Qtde	Valor cm x col
1	Contratação de Empresa Jornalística de grande circulação Estadual	1	R\$ 58.00

Curitiba, 24 de Outubro 2017

Mara Monteiro

Contato Comercial - Publicidade Legal

41 3321-8531 / 41 99733-2228

www.tribunapr.com.br

GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação

EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A
CNPJ: 76.568.708/0001-05
Rua José Loureiro, 282 - Centro.
80.010-000 - CURITIBA/PR.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

106

Da.: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: SOLICITAÇÃO DE SALDO

Solicito informar se há saldo de dotação para Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital, num valor aproximado de R\$ 13.732,00 (Treze Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais), onde solicitamos a reserva da dotação.

Alto Paraíso - PR., 27 de Outubro de 2017.

JOB REZENDE NETO
Secretário Geral de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONFIRMAÇÃO DE SALDO.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital, num valor aproximado de R\$ 13.732,00 (Treze Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais), onde já realizei a reserva da dotação.

CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6269	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.128.0003.2.009	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	44
6270	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.05.00.04.122.0003.2.011	DIV. ASSISTENCIA TECNICA ADMINISTRATIVA	56
6271	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.06.00.04.122.0003.2.013	DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO	66
6272	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.07.00.04.122.0003.2.014	DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	75
6274	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.09.00.04.091.0003.2.065	PROCURADORIA MUNICIPAL	95
6276	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.03.00.04.121.0004.2.018	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	115
6279	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.06.00.04.129.0006.2.087	DIVISÃO DE TRIBUTOS	149
6297	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.039	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	302
6298	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	334
6299	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	335
6300	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	336
6301	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	352
6302	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	353
6303	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	359
6304	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	381
6305	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	382
6306	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	344

Alto Paraíso - PR, 27 de Outubro de 2017.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Contador Designado



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Alto Paraíso - PR., 27 de Outubro de 2017.

Exmo. Sr.
DERCIO JARDIM JUNIOR
DD. Prefeito Municipal de ALTO PARAÍSO
NESTE

Senhor Prefeito,

Pelo presente, solicito autorização de Vossa Excelência para a aquisição, abaixo discriminada:

Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital, num valor aproximado de R\$ 13.732,00 (Treze Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais), onde o contador já realizou a reserva da dotação.

Para cobertura das despesas com o presente, será utilizada a seguinte dotação:

6269	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.128.0003.2.009	DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	44
6270	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.05.00.04.122.0003.2.011	DIV. ASSISTENCIA TECNICA ADMINISTRATIVA	56
6271	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.06.00.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	66
6272	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.07.00.04.122.0003.2.014	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	75
6274	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.09.00.04.091.0003.2.085	PROCURADORIA MUNICIPAL	95
6276	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.03.00.04.121.0004.2.018	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	115
6279	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.06.00.04.129.0006.2.087	DIVISAO DE TRIBUTOS	149
6297	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.039	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	302
6298	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	334
6299	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	335
6300	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	336
6301	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	352
6302	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	353
6303	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	359
6304	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	381
6305	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	382
6306	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	344

Será a realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial.

Sendo só o que se apresenta para o momento.

JOB REZENDE NETO
SECRETARIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Autorizo, cumprida a formalidade legal.
Encaminha-se ao Setor de Licitação para providência em: 27/10/2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaiso@pref.pr.gov.br

PORTARIA N.º 246/2017

SÚMULA: Nomeia Pregoeiro e Altera Equipe de Apoio do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2017.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º) Nomear os Sr (as) para comporem a Equipe de Apoio do Município de Alto Paraíso, a fim de oferecerem suporte para o Pregoeiro do Município, nomeando as pessoas abaixo relacionadas:

Pregoeiro: Valdemir Ribeiro Sparapani, CPF nº 005.876.549-29

Secretário: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva CPF nº 066.334.889-71

Membros: Vilma Medeiros Ferreira de Melo CPF nº 049.146.409-61

Maria de Oliveira Caetano CPF nº 034.210.259-16

Márcia Rosa do Nascimento da Silva CPF nº 033.220.759-58

2º) Esta portaria terá vigência de 1 (um) ano a partir desta data.

4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,
Paraná, ao 01 (um) dias do mês de Junho de 2017.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 16/06/2017

Edição N.º 10467



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664-1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 160/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital, com os dispositivos das Leis Federais nº 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1 – DA ABERTURA E LOCAL

1.1. O Pregoeiro e sua equipe de Apoio receberão os envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação até às **09:00 horas do dia 14 de Novembro de 2017**, onde na sequência dará início a sessão de credenciamento dos proponentes interessados e subsequentemente ao término deste, a abertura do pregão em sessão pública, com abertura dos envelopes propostas.

1.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.2. A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Reuniões no Paço Municipal, qual será conduzido pelo Pregoeiro Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan, com o auxílio da Equipe de Apoio composta pelos senhores(a)s Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva, Marilda Rosa do Nascimento da Silva, Maria de Oliveira Caetano e Vilma Medeiros Ferreira de Melo.

1.3. Informações poderão ser solicitadas ao Pregoeiro por escrito, via mensagem de Fax (44) 3664-1320, ou protocolados nesta municipalidade.

2 – DO OBJETO

2.1. A presente licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

2.2. A publicação deverá seguir os padrões de publicação dos atos oficiais, em letra tipo Arial/Times, tamanho 10 à 12 para Título e de 06 à 12 para texto.

2.3. A Contratada deverá disponibilizar edições diárias, com tiragem mínima de 30.000 (trinta mil) exemplares e abranger, no mínimo, 40 (quarenta) municípios do Estado do Paraná, SENDO COMPROVADO ATRAVÉS DO IVC.

2.4. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços prestados, sendo responsáveis por quaisquer erros que possa a vir acontecer no desenvolvimento dos trabalhos.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

3.1. Poderão participar todas as empresas/pessoas que atuarem no ramo, objeto da licitação, e que satisfaçam integralmente as condições de credenciamento deste edital.

3.2. Será vedada a participação de empresas/pessoas impedidas por força da Lei, bem como não serão aceitos consórcios de empresas.

3.3. A participação neste Procedimento Licitatório, importa a proponente à irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.4. A proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste Procedimento Licitatório.

3.5. Serão impedidas de participar da presente Licitação, pessoas que tenham sido suspensas pela Administração, pelo prazo assinalado no ato que tenha determinado a suspensão, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal).

3.6. É vedada a participação direta ou indireta na licitação:

- a) de pessoas que integram o quadro de funcionário da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso ou que sejam membro de sua administração como dirigente ou responsável técnico;
- b) de pessoas que, a qualquer tempo, possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal.

4 – DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

4.1. No momento do credenciamento, deverão ser apresentados fora dos envelopes nº 01 e nº 02:

- Anexo II - Declaração (inciso VII do art. 4º Lei 10.520/02),
- Anexo III- Declaração (inciso XXXIII do art. 7º Constituição Federal),
- Anexo IV - Termo de Credenciamento,
- Anexo V -Termo de concordância e de submissão ao Edital,
- Anexo VI - Declaração de inexistência de fatos impeditivos de contratação;

4.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.3. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.4. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.4.1. No caso de fazer-se representar durante o procedimento da habilitação e abertura das propostas, com Procuração particular outro documento semelhante, passada pelo licitante, assinada por quem de direito, outorgado ao seu representante, poderes para tomar as decisões que julgar necessárias, sendo necessário o reconhecimento de firma.

4.5. O representante legal deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.6. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.7. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

4.8. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

5 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664-1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

5.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas desta Licitação, correrão por conta do orçamento desta Prefeitura, próprios das secretarias listadas em lei, previstos para este exercício:

6269	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.128.0003.2.009	DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	44
6270	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.05.00.04.122.0003.2.011	DIV. ASSISTENCIA TECNICA ADMINISTRATIVA	56
6271	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.06.00.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	66
6272	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.07.00.04.122.0003.2.014	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	75
6274	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.09.00.04.091.0003.2.085	PROCURADORIA MUNICIPAL	95
6276	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.03.00.04.121.0004.2.018	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	115
6279	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.06.00.04.129.0006.2.087	DIVISAO DE TRIBUTOS	149
6297	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.039	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	302
6298	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	334
6299	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	335
6300	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	336
6301	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	352
6302	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	353
6303	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	359
6304	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	381
6305	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	382
6306	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	344

6 – DAS DESCRIÇÕES DOS ITENS E PREÇOS MÁXIMOS

6.1. O anexo I trará a descrição sucinta dos lotes, com seu detalhamento e a descrição técnica dos mesmos, bem como os preços máximos aceitáveis.

7 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. As Propostas de Preços e Documentos de Habilitação devem ser entregues em envelopes distintos e fechados, trazendo na sua parte frontal externa as informações abaixo:

a) ENVELOPE – I	b) ENVELOPE – II
Envelope nº. I - Proposta de Preços Pregão nº. ____/2017 Nome Completo do Licitante Data e horário de encerramento do credenciamento e abertura dos envelopes: ____/2017 - horário: 08:30 horas	Envelope nº. II - Habilitação Pregão nº. ____/2017 Nome Completo do Licitante Data e horário de encerramento do credenciamento e abertura dos envelopes: ____/2017 - horário: 08:30 horas

7.2. A ausência dos dizeres na parte externa do(s) envelope(s), não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes, no ato de recebimento dos mesmos.

7.3. Caso eventualmente ocorra a abertura do envelope I - Habilitação antes do envelope II - Proposta, por falta ou falha de informação na parte externa dos envelopes, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

8 – DO ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA DE PREÇOS



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

8.1. O envelope n.º 01 deverá ser apresentado de acordo com o previsto na letra a) do item 7.1 deste Edital. O envelope da Proposta deverá conter: a Proposta de preços, que deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, datilografada ou digitada em 01 (uma) via, em linguagem clara, sem emendas, sem rasuras, contendo o carimbo da empresa, datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, onde deverão constar:

- a) Nome, endereço, CNPJ e Inscrição Estadual;
- b) Número do Pregão;
- c) Especificação do objeto de acordo o Anexo I deste Edital;
- d) Quantidade, Preços unitário (duas casas decimais) e Total do item;
- e) Validade da Proposta (Mínimo de 60 dias);
- f) Valor Máximo de R\$ 13.732,00 (Treze Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais);
- g) Forma de pagamento: 30 dias após a prestação dos serviços.

8.1.1. Nos preços apresentados na Proposta deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas com transporte, encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

8.1.2. As Propostas Comerciais das participantes classificadas serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

8.1.3. A proponente que optar em preencher o anexo I (expedido por esta municipalidade), deverá fazê-lo sem emendas, ressalvas ou rasuras, e ainda preenchendo todos os campos, e acrescentar informações em anexo.

8.1.4. O preço ofertado permanecerá fixo e sem reajustes.

8.1.4.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face de aumento autorizado pelo Governo Federal.

9 – DO ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. O envelope n.º 2 deverá ser apresentado de acordo com o previsto na letra b) do item 7.2. deste Edital, e será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nas letras de a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k este item, dentro de suas respectivas validades:

- a) *Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);*
- b) *Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);*
- c) *Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Nacional/União, Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal;*
- d) *Certidão de Falência e Concordata emitida pelo Fórum da Comarca do Proponente;*
- e) *Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;*
- f) *Cópia da RG e CPF dos sócios da empresa;*
- g) *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT); emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - (TST), conforme Lei nº. 12.440/2011;*
- h) *Cópia do CNPJ;*

9.2. Os documentos e/ou certidões comprobatórios de regularidade ou de inexistência de débito deverão estar no prazo de validade neles consignado. Na falta desta informação serão considerados válidos por 30 (trinta) dias, contados a partir de sua emissão, sendo que estas exceções serão avaliadas quando anexada legislação para o respectivo documento.

9.3. Às Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), fica assegurado os benefícios constantes da Lei Complementar 123/2006.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.3.1. No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), **esta deverá apresentar para credenciamento Declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.** As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

9.4. A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, **não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.** Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente dentro do envelope 02 – Habilitação.

10 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, local e hora descrito no item 1, na presença de seu(s) representante(s) legal(is) e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

10.2. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a impossibilidade de admissão de novos participantes no certame.

10.2.1. O pregoeiro com auxílio da equipe de apoio passará à análise das propostas e inclusão dos dados e informações das propostas no Sistema de Pregão.

10.3. A análise das propostas pelo pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

10.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduzirem ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

10.4. Retornado a sessão, o pregoeiro selecionará as propostas classificadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

- b) Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três).

10.4.1 Para efeito de seleção será considerado o preço total do item.

10.5 O pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de ordem alfabética no caso de empate de preços.

10.5.1 A licitante em primeiro lugar na ordem alfabética poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.6 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

10.7 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.8 Após a negociação, se houver, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.9 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

10.10 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do item.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

15

10.11 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados, ou todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas esboçadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.

11 – DA IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

11.1. Dos atos da Prefeitura de Alto Paraíso decorrentes da aplicação do Regulamento de Licitações e de Contratos, cabem:

11.1.1. IMPUGNAÇÃO – O ato convocatório poderá ser impugnado, no todo ou em parte, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes (Proposta/Habilitação). Não impugnado o ato convocatório, preclui toda matéria nele constante.

11.1.1.1 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

11.1.2. RECURSO – Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento da licitação caberão recursos fundamentados, por escrito, dirigidos ao pregoeiro, entregues diretamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, com recebimento formal, no prazo de 3 (três) dias, pela Empresa que se julgar prejudicada.

11.1.2.1 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a adjudicação do objeto à licitante vencedora e para homologação.

11.1.2.2 Interposto o recurso, o pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

11.1.2.3 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 – DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

12.1. Interposto o recurso, será comunicado aos demais LICITANTES, que poderão impugná-lo no prazo de 3 (três) dias.

12.2. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos aqui estabelecidos.

13 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. O contrato originário desta licitação, terá vigência por um período de 12(doze) meses, podendo ser objeto de prorrogação, conforme artigo 57, parágrafo 2º da lei 8.666/93.

13.3. Na constatação de que os serviços prestados estão em desacordo com as especificações determinadas, a licitante será notificado para as devidas regularizações cabíveis no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da comunicação pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Caso não haja recurso, o Pregoeiro, na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame a autor do melhor preço por item, encaminhando o processo para homologação pelo Sr. Prefeito Municipal.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

14.2. Caso haja recurso, os interessados deverão apresentar memoriais, dirigidos ao Sr. Pregoeiro pessoalmente, no Protocolo Geral, no prazo de três dias, contados do dia subsequente à realização do pregão, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.3. Nesta hipótese, o Sr. Prefeito Municipal decidirá sobre os recursos, adjudicará o objeto do Pregão Presencial e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, homologará o procedimento licitatório.

14.2. Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o Município convocará a proponente vencedora para que, dentro de 03 (três) dias úteis a contar data da convocação, para a assinatura do contrato, bem como para retirada da Ordem de Compra.

14.2.1. Após a expedição da Nota de Empenho, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão à disposição dos mesmos para retirada por 15 (quinze) dias, sendo destruídos após esse prazo.

14.3. O resultado final do Pregão será afixado em mural próprio existente e acessível aos interessados, no Paço Municipal, podendo ainda ser divulgado no Diário Oficial do Município, a critério da Administração.

15 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento do produto e/ou serviço será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal de acordo com os serviços, devidamente atestada pela Secretaria solicitante. Se esta estiver incorreta, prevalecerá a data da entrega definitiva, para efeito de contagem de prazo, ou o que ocorrer por último.

15.2. A nota fiscal deverá conter todas as especificações do produto conforme exigido no ANEXO I, devidamente atestada pelas Secretarias responsáveis pela solicitação, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada de requerimento solicitando o pagamento, juntamente com cópia da ordem de Compra (se parcial);

15.3. A nota fiscal, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro dos Santos, n. 900 – Centro – Alto Paraíso – PR CEP 87528-000

CNPJ 956407360001-30

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2017

15.4. O Município em hipótese alguma efetuará o pagamento de reajuste, correção monetária, ou encargos financeiros, correspondentes ao atraso na apresentação da fatura correta.

15.5. Caso se constate irregularidade nas faturas apresentadas, o Município, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-las a proponente, para as devidas correções, ou aceitá-las, glosando a parte que julgar indevida. Na hipótese de devolução, as faturas serão consideradas como não apresentadas, para fins de atendimento às condições contratuais.

16 – DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente edital e/ou nota de empenho em caso de entrega total em parcela única dos objetos constantes até o limite previstos no Inciso II do Art. 24 da Lei Federal 8.666/93.

16.1.1 As certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por mais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para no prazo de 03 (três) dias úteis, terá que comprovar a situação de



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

regularidade de que trata o subitem anterior, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência.

16.2 A adjudicatária deverá, no prazo de 3 (três) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso para assinar o termo de contrato.

17 – DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME

17.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

17.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

18 – DOS ANEXOS DESTA EDITAL

18.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Proposta de Preço;
- b) Anexo II - Declaração (inciso VII do art. 4º Lei 10.520 de 17/07/2002);
- c) Anexo III - Declaração (inciso XXXIII do art. 7º Constituição Federal);
- d) Anexo IV - Termo de Credenciamento;
- e) Anexo V - Termo de concordância e de submissão ao Edital;
- f) Anexo VI - Declaração de inexistência de fatos impeditivos de contratação;
- g) Anexo VII - Minuta de Contrato.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Este edital deve ser cuidadosamente lido e aceito por todas as LICITANTES. Ele cobre desde o início do processo licitatório até a prestação dos serviços.

19.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo pregoeiro e pelos licitantes presentes.

19.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

19.3. Todas as propostas de preços cujos envelopes forem abertos na sessão e os documentos de habilitação serão rubricados pelo pregoeiro e pelos licitantes presentes.

19.4. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso fica reservado o direito de aceitar a melhor proposta viável, rejeitar todas ou ainda anular parcial ou totalmente a presente LICITAÇÃO, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou indenização.

19.4.1. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso poderá adiar ou suspender os procedimentos licitatórios, dando conhecimento aos interessados, se assim exigirem as circunstâncias, bem como o direito de cancelar a licitação, antes de assinado o contrato, desde que justificado.

19.5. A(s) LICITANTE(s) VENCEDORA(s) assumirá (ão) integral responsabilidade pelos danos que causar a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso ou a terceiros, por si ou seus sucessores e a seus representantes, no fornecimento dos produtos, isentando a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência daqueles.

19.6. A constatação de qualquer adulteração nos documentos da empresa LICITANTE implicará na sua desclassificação, não podendo participar de novas licitações na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

19.7. Quando o proponente vencedor desistir de assinar o contrato ou retirar a Ordem de serviços, quaisquer que sejam as razões, ficará sujeito a pagar ao Município, multa de 20% (vinte por cento) do valor total de sua proposta. O valor da multa será atualizado com a variação de IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do mês para qual foi calculado até o mês de sua quitação. O pagamento da multa, não exime o proponente de incorrer em outras sanções previstas em Lei.

19.8. Excetuados os casos fortuitos ou motivos de força maiores devidamente comunicados e comprovados pela Empresa Vencedora e aceitos pelo Município, o não cumprimento do prazo de entrega proposto, sujeitar-se-á a Vencedora à multa moratória de 0,5% (meio por cento)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

por dia, sobre o valor da despesa, sem prejuízos das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93,

19.9. A vencedora terá 05 (cinco) dias de prazo, contados a partir da sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pelo Município. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à Vencedora de qualquer contestação.

19.10. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o respectivo valor contra créditos da vencedora, independentemente de qualquer contestação.

19.11. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar nas mesmas condições propostas, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 65 - parágrafo primeiro da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

19.12. Será fornecido aos interessados, cópias do inteiro teor do presente Edital e de seus anexos, devendo ser retirada na sede da Prefeitura Municipal, sito à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – centro, Fone 44-3664-1320, na cidade de Alto Paraíso - PR, até 02 (dois) dias anterior à data designada para recebimento dos envelopes.

19.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus ANEXOS, excluir-se o dia do início e incluir-se o do vencimento e considerar-se-ão, os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município de Alto Paraíso - PR.

19.14. Os casos omissos do presente Edital de Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

19.15. O Foro da Comarca de Xambre-PR, Justiça Estadual é competente para reconhecer e julgar as questões judiciais decorrentes da presente licitação.

Alto Paraíso - PR., 27 de Outubro de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

PREGÃO Nº 117/2017

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID	VLR. MAX	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	MARCA
	Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município.	400	Cm/col.	R\$ 34,33	16000,2		
TOTAL							

Condições de pagamento:

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

CARIMBO E ASSINATURA DA EMPRESA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE

Pregão Presencial nº ____/2017

A Empresa _____,
inscrita no CNPJ sob n.º _____, por
intermédio de seu representante legal, o(a) sr(a) _____,
portador do documento de identidade RG nº _____,
emitido pela SSP/ _____, e do CPF N.º _____

DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do art 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Pregão acima mencionado.

_____, PR, _____ de _____ de 2017.

Representante Legal da Empresa
Nome Completo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE

Pregão Presencial nº ____/2017

A Empresa: _____

Inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) sr(a) _____

portador (a) do documento de identidade RG nº _____, emitido pela SSP/_____

CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16(dezesseis). Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de 14(quatorze) anos, na condição de aprendiz.

_____ - PR, _____ de _____ de 2017.

Representante Legal da Empresa
Nome Completo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

22

ANEXO IV

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa _____
_____, inscrita no CNPJ/MF nº _____,
com sede à _____,
representada neste ato por seu _____ (identificar
qualificação do outorgante), o (a) Sr(a) _____,
portador da cédula de Identidade Rg nº _____, emitida pela SSP/ _____, e
do CPF nº _____, nomeia e constitui seu bastante PROCURADOR
o(a) Sr(a) _____, portador do documento de
identidade RG _____, emitido pela SSP/ _____, e do CPF nº _____,
a que confere amplos poderes para representar a _____

_____, (razão social da empresa) perante a Prefeitura
Municipal de _____, Estado do Paraná, durante o Pregão Presencial nº _____/2017, com poderes para
tomar, em nome da Outorgante, qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive: a) apresentar a declaração de que empresa cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos; b) entregar os envelopes contendo as Propostas de Preços e documentação de habilitação; c) formular lances ou ofertas verbalmente; d) negociar com o pregoeiro a redução dos preços ofertados; e) desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediatamente e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo; f) assinar a ata da sessão; g) prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro e h) praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

A presente Procuração é válida até o dia _____ de _____ de 201 _____

_____ - PR, _____ de _____ de 2017.

Representante Legal da Empresa
Nome Completo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

23

ANEXO V

TERMO DE CONCORDÂNCIA E DE SUBMISSÃO AO EDITAL,

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE

Pregão Presencial nº ____/2017

A Empresa: _____

inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu

representante legal, o (a) sr(a) _____,

portador (a) do documento de identidade RG nº _____, emitida pelo

SSP/ _____, e CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que concordamos e se submetemos a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação. Declaramos ainda, que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

_____ - PR, _____ de _____ de 2017.

Representante Legal da Empresa
Nome Completo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE

Pregão Presencial nº ____/2017

A Empresa: _____

inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu

representante legal, o (a) sr(a) _____

portador (a) do documento de identidade RG nº _____, emitida pelo SSP/_____,

e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ - PR, _____ de _____ de 2017,

Representante Legal da Empresa
Nome Completo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços Homologado dia

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito público registrada no CNPJ sob n.º 95.640.736/0001-30, com sede na Avenida Pedro Amaro Dos Santos, 900, Alto Paraíso, Paraná, neste ato representado por _____, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado o _____, doravante denominado contratado, tem entre si justo e avançado na melhor forma de direito, o presente contratado de _____ com fundamento no processo de licitação modalidade Pregão Presencial n.º ____/2017 e na lei Federal n.º 8.666/93 e 10.520/02, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – É objeto do presente instrumento a Contratação

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas decorrentes da prestação dos serviços mencionados correrão por conta dos recursos orçamentários previstos na lei orçamentária vigente, conforme segue abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses tendo seu início na data de assinatura deste instrumento podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo para prestação dos serviços é sucessivo, estendendo-se ao longo da vigência do contrato, de acordo com a necessidade e conveniência da contratante.

CLÁUSULA QUARTA – Pelos serviços prestados ora contratados, a contratante pagará o valor de _____ conforme a proposta apresentada na Modalidade Pregão Presencial n.º ____/2017 pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA – O não cumprimento deste contrato bem como da proposta apresentada pela contratada, sujeitará a mesma à aplicação de multas e outras penalidades pela contratante, como lhe assegura o inciso IV, artigo 58, da lei n.º 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

26

CLÁUSULA SEXTA – A cessão total ou parcial a terceiros dos direitos decorrentes dependerá da prévia anuência da contratante, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às condições previstas neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – A contratante poderá rescindir de pleno direito, o presente contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- I – inadimplemento do contratado de qualquer das cláusulas previstas no presente contrato;
- II – inobservância das especificações e recomendações técnicas;
- III – falência ou liquidação judicial ou extrajudicial da contratada, decretada, homologada ou requerida.

CLÁUSULA OITAVA – Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência deste contrato, correrão por conta da contratada, inclusive ISS, INSS e IRPJ.

CLÁUSULA NONA – A contratante obriga-se, para a realização dos serviços contratados, a fornecer ao contratado, ou a alguém à ordem deste, todos os elementos considerados indispensáveis à análise das situações que se encontram alvos do objeto deste contrato, os quais poderão ser entregues pessoalmente na sede da contratante ou ainda no escritório da contratada;

A contratada obriga-se a: a) aplicar seus melhores esforços para a consecução do presente contrato, observada as condições aqui assumidas; b) manter sigilo sobre todas as informações e dados que tiver acesso relativo à contratante; d) a prestar os serviços nos horários estabelecidos pelo Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos e) Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade dos serviços prestados, sendo responsáveis por quaisquer danos que vier causar a um paciente, ou erros que possa a vir acontecer na consulta.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente contrato está de acordo com o art. 13, III, da lei federal 8.666/93 (lei de licitações), a constituição federal, art. 37 (princípios da administração pública), além de acordar com a lei orçamentária vigente.

CLÁUSULA ONZE – O presente contrato poderá ser modificado, alterado ou aditado através de termo escrito e assinado pelas partes contratantes.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA DOZE – as partes, em comum acordo, elegem como fórum privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o fórum da Comarca de Xambre, Estado do Paraná.

E por estarem justos, certos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas constantes.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos ____ dias do mês de _____ de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

DERCIO JARDIM JUNIOR

CONTRATANTE

Contratada

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

28

PARECER JURÍDICO

Pregão Presencial Nº 117/2017

Processo Administrativo nº 160/2017

Objeto: “Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de grande circulação Estadual. As publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital”.

A licitação em análise é aquela de que trata o Edital de Pregão nº 117/2017, tratando da licitação na modalidade **Pregão Presencial**, iniciada pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, objetivando a contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de grande circulação Estadual.

Após a justificativa por parte do órgão solicitante informando a necessidade de concretização do objeto da presente licitação, foi realizada a devida cotação de preços para o Pregoeiro formar o “Preço de Referência”, para análise de aceitabilidade das propostas.

A seguir, apresentou-se *parecer contábil* demonstrando-se a classificação da dotação orçamentária e confirmação e reserva de saldo para a referida aquisição.

Quanto à escolha da modalidade licitatória não há qualquer irregularidade, eis que a aquisição dos serviços objeto do presente processo licitatório podem ser definidos como **serviços comuns** e, portanto, podem ser licitados através da modalidade pregão presencial, nos termos da Lei 10.520/2002.

Conforme as lições de MARÇAL JUSTEN FILHO, “bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão. 2. ed. São Paulo: Dialética: 2003. p. 30).

Regra geral, tais serviços apresentam-se sob identidades e características padronizadas, na medida em que são definidos de modo uniforme e geral. Ademais, encontram-se disponíveis, a qualquer tempo, no mercado, uma vez que existem várias empresas capacitadas para prestá-los.

Bem como, no que tange aos pressupostos exigidos pela modalidade licitatória Pregão, a Comissão de Licitação, especialmente o Pregoeiro e Equipe de Apoio



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

29

deverão observar aos requisitos delineados na Lei 10.520/2002, precipuamente nos regramentos do art. 3º e 4º da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente a Lei 8.666/93, no que couber, acerca de eventuais omissões que eventualmente surgirem (art. 9º).

Esta Procuradoria Jurídica ressalta aos Membros da Comissão de Licitação e ao Pregoeiro para atentarem ao disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93, bem como ao Art. 91 da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, que disciplina as proibições de contratar com o Município, e proibição de participar de Licitação, realizada pela Prefeitura.

Estando, portanto, regular o processo licitatório até aqui, respeitando todos os requisitos legais referentes a esta etapa do procedimento, esta Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, nos termos do Art. 38 Parágrafo único da Lei 8666/93 dá parecer favorável à aprovação da minuta do Edital e do Contrato.

É o parecer.

Alto Paraíso - PR, 27 de Outubro de 2017.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Municipal
OAB/PR 58768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

30

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n. 117/2017

Processo Licitatório n.º 160/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital, com os dispositivos das Leis Federais n.º 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes à presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min e no telefone (44)3664-1320, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93, ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

DATA: 14 – Novembro - 2017

HORÁRIO: 09:00 Hrs.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de Outubro de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 28 / 10 / 2017

Edição N.º 11104

legais



leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI
do Paraná - CNPJ 78.247.352/0001-58
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua, 1124 - Telef: 0XX44-3656-1678-3656-1238
ALTO PIQUIRI - PARANÁ
E-mail: saude@cmalpr.com.br

SUBSÍDIO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI - PARANÁ E O
A SAÚDE COM VISTAS À OPERACIONALIZAÇÃO DAS
DO O MUNICÍPIO.

refeitura Municipal de Alto Piquiri, pessoa jurídica de
176.247.352/0001-58, com sede à Rua Santos Dumont,
nº 1124, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr.
da Rua da Indústria de Alimentos nº 1.4.95.963-7 PR e do
estabelecido em sua sede, pessoa física de nome n.º 1374,
RUBENS PADRÃO SAUDÉ, CNPJ nº 07.273.207/0001-08,
neste ato representado pelo seu Presidente Diretor
de Identidade/Nº nº 8.745.804-4 SE2P-PR, do CNPJ nº
11 na Avenida Paraná, 276, em Nova América da Colina
SP, micro III, do estatuto do Consórcio, e nos termos
do Convênio de acordo com os termos e condições e

evento Tático tem por objetivos operacionalizar ações
aquisição e distribuição de medicamentos essenciais à
saúde.

DO DAS PARTES: Comprometem-se os signatários:

incidência no valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil
20), sendo que as mesmas deverão ser depositadas em
Brasil, até o dia 05 dos meses de Novembro/2017 e
se plano de aplicação em anexo.

do município.

função seja realizada sob responsabilidade técnica do

exame de medicamentos e demanda (atendida e não

estes utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo

do um ponto de reposição, considerando o Consumo

amentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio,
de qualidade para aquisição e procede a validação de

dequadramento os medicamentos;

educamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo
máximo;

educamentos junto à população, aos prescritores e aos

estes humanos em saúde, necessários a uma Assistência

lação aprovada pela Comissão Intergestores Suplente e
antes da Relação de Medicamentos Essenciais para o
Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

ento com a programação do município, elaborada com o
ne plano de aplicação em anexo;

tem de formulação da Política de Assistência
em sua estrutura no município;

lo com os municípios, para que esses obtenham
ações, aquisições e movimentação financeira de seus

tação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no

ritas dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade,

atos até o seu destino final, intermediando possíveis

substituição dos produtos, quando comprovado dano
fabricação ou transporte.

1 - O valor referente ao recurso financeiro destinado à
ção à conta do Dotação Orçamentária nº 129, elemento

AMENTO - O acompanhamento do presente convênio
cia, com base em avaliações do cumprimento de seu

RESOLUÇÃO - O presente termo de convênio poderá ser
h, caso ocorra descumprimento das obrigações ora
satisfazer a eventual perda e danos, respondendo
tecnicamente de procedimentos judiciais que se fluírem
er resolução por mútuo consenso, com antecedência

qualquer disposições estabelecidas em convênios ou
res ou presente, que contrariem direta ou indiretamente
ento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA				
Liberação de Recursos cf. Lei 9452/97 do Estado e União				
Prefeitura Municipal de Douradina - Período 25 a 27/10/2017				
Estado do Paraná				
NOTIFICAÇÃO				
Dando cumprimento às determinações da Lei nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos os				
Sindicatos dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos Recursos Federais/Estaduais:				
Categoria	Descrição dos Recursos	Data	Valor	Objetivo das Verbas Recebidas
1721.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMP. SOBRE PROP. TERRITORIAL RURAL-INCR	30/10/2017	794,54	Custeio/Investimento
1722.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	25/10/2017	1.243,93	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1722.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	27/10/2017	198,79	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1724.01.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	25/10/2017	31.563,57	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
Douradina-PR; 27 de Outubro de 2017				
João Jorge Sossai				
Prefeito Municipal				
Fonte: Contabilidade				

Conselho Municipal de Assistência Social Município de Guairá Pr.

Av. Coronel Osório Tosta, 383 Centro
Telefone: 3642 8662

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAIRÁ

Nº 09/2017

Súmula: Delibera pela aprovação do
"Demonstrativo de Gestão SUAS do
Governo Federal - Sistema Único de
Assistência Social, Ano de 2016".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições
legais, conforme a Lei Nº 1.944 de 01/09/2015,

Considerando:

- A reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia 23 de outubro de 2017;
- A apreciação do "Demonstrativo de Gestão SUAS do Governo Federal - Sistema Único de Assistência Social, Ano de 2016".

RESOLVE:

- Aprovar o "Demonstrativo de Gestão SUAS do Governo Federal - Sistema Único de Assistência Social, Ano de 2016".

Guairá, 24 de outubro de 2017.

Glenniel Tostes
Glenniel Tostes Dornelles
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Assistência Social Município de Guairá Pr.

Av. Coronel Osório Tosta, 383 Centro
Telefone: 3642 8662

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAIRÁ

Nº 10/2017

Súmula: Delibera pela aprovação do
"Demonstrativo Serviços/Programas do Governo
Federal do Sistema Único de
Assistência Social, Ano de 2016".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições
legais, conforme a Lei Nº 1.944 de 01/09/2015,

Considerando:

- A reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia 23 de outubro de 2017;
- A apreciação do "Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social, Ano de 2016".

RESOLVE:

- Aprovar o "Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social, Ano de 2016".

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
LEI Nº 1.484 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Regulamenta a destinação de recursos recebidos a título do incentivo financeiro PQA-VS (Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde), instituído, pela Portaria nº. 1.708, de 16 de Agosto de 2013, do Ministério da Saúde e dá outras providências.

CONSIDERANDO as medidas implementadas pelo Ministério da Saúde visando induzir o aperfeiçoamento das ações de vigilância em saúde nos âmbitos estadual, distrital e municipal.

A CAMARA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que os valores auferidos do incentivo financeiro advindo do PQA-VS (Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde), serão entre os profissionais das equipes de Agentes de Combate a Endemias (ACEs), Agentes de Vigilância Sanitária e da Vigilância Epidemiológica.

Parágrafo Único. Esta Lei segue as normas estabelecidas no PQA-VS (Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde), instituído pela Portaria nº. 1.708, de 16 de agosto de 2013, do Ministério da Saúde.

Art. 2º O valor recebido pelo Fundo Municipal da Saúde, referente ao incentivo financeiro de que trata esta lei, será repassado uma única vez a cada ano, às equipes descritas no artigo anterior, desde que tenham atuado efetivamente na rede básica municipal, e tenham atendido aos requisitos previstos na Portaria nº. 1.708, de 16 de agosto de 2013, do Ministério da Saúde.

§1º Será repassado em partes iguais aos integrantes das equipes de que trata o artigo anterior, o valor integral do incentivo financeiro advindo do PQA-VS a que faz jus o Município, respeitadas as condições estabelecidas na Portaria nº. 1.708, de 16 de agosto de 2013, do Ministério da Saúde.

§2º Por meio da Portaria a ser editada pelo (a) Secretário Municipal de Saúde, será definida a data e as condições para o recebimento do incentivo de que trata esta lei.

Art. 3º Considera-se a natureza jurídica estritamente indenizatória do incentivo financeiro advindo do PQA-VS, fica estabelecido que em nenhuma hipótese, o valor estabelecido pelo servidor público premiado, será incorporado ao seu salário ou remuneração, seja para efeito do pagamento de 13º (décimo terceiro) salário, férias, tempo de férias, licença maternidade, licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença sem vencimento etc. ou de qualquer outra verba e que título for.

Art. 4º Os recursos financeiros para fazerem face às despesas desta Lei, correrão por conta do Elemento de Despesas do de Vigilância em Saúde do componente Vigilância em Saúde.

Art. 5º O (a) Secretário(a) Municipal de Saúde, baixará as normativas que se fizerem necessárias para o cumprimento da presente Lei.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos financeiros a partir de 01 de Novembro de 2014.

Maria Helena, 01 de Setembro de 2017.

ELIAS REZERA DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº. 117/2017
Processo Licitatório nº. 160/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº. 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, segundo as condições particulares deste Edital, com os dispositivos das Leis Federais nº. 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, Lei nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes à presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min e no telefone (44)3664-1320, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93, ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

DATA: 14 - Novembro - 2017

HORÁRIO: 09:00 Hrs

Endereço da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de Outubro de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Torne público a abertura da licitação abaixo relacionada.

PROCESSO Nº 976/17

PREGÃO: 52/17

OBJETO: Locação de máquinas e caminhões, para realizar as adequações emergenciais de estradas rurais com cascalhamento.

ENTREGA DOS ENVELOPES E SEÇÃO DOS LANCES: Envelope de DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, às 08:45 horas do dia 17 de Novembro de 2017, no setor de licitação, situado na Av. Italo Orcelli, nº 604, centro Cafetal do Sul - PR.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Para a retirada do edital a empresa deverá acessar o site da Prefeitura e fazer o download, após cadastro, www.cafetalidosul.pr.gov.br.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas no setor de licitações ou pelo fone/fax: (44) 3655 8000.

24 de Outubro de 2017

Mário Júnio Kazuo

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n. 117/2017

Processo Licitatório n° 160/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital, com os dispositivos das Leis Federais n.º 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min e no telefone (44)3664-1320, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93, ou no site www.altoparaiso.pr.gov.br.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

DATA: 14 – Novembro - 2017

HORÁRIO: 09:00 Hrs.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de Outubro de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 31/10/2017

Edição N.º 11.106

Publicações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
REPÚBLICA DO PARANÁ
PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017
Processo Licitatório n.º 150/2017
A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, n.º 90 público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de pessoas físicas para a realização de publicação oficial desta Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital, com os dispositivos das Leis F n.º 10.520/2002 e respectivas Decretos regulamentadores, Lei n.º 8.078/8 (Código de Defesa do Consumidor) e Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 alterações posteriores e demais regulamentares aplicáveis a espécie.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na P. Municipal, no horário das 7h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min e no telefone (44)3664-1320, conf. 32 da Lei Federal 8.666/93, ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br.
LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal
DATA: 14 - Novembro - 2017
HORÁRIO: 09:00 Hrs
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de Outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 407/2017
SÚMULA: Concede GTIDE ao servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com Lei Complementar n.º 080/2017.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder de acordo com o artigo 49 da Lei Complementar n.º 080/2017 de 13 de julho de 2017, ao JAMIRO MEENESES DE OLIVEIRA, portador de carteira de identidade RG. 8.869.317-9, ocupante do provimento Efetivo de FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA, Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, no percentual de 60% (sessenta) por cento, sobre o vencimento de seu cargo de origem, a partir de 01 de maio de 2017.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 408/2017
SÚMULA: Concede Férias a Servidora Pública.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder férias a servidora, LUCIENE BEZERRA CORDEIRO HERMAGIO, portadora de Carteira de Identidade RG n.º 8.809.023-1, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS lotada na SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, com o p.º aquisição de 01/05/2016 a 31/05/2017, com início em 01/11/2017 a 30/11/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 409/2017
SÚMULA: Concede Férias a Servidora Pública.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder férias a servidora, RAQUEL ALVES CORREIA, portadora de Carteira de Identidade RG n.º 8.883-2, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de PROCURADOR MUNICIPAL, lotado no GAB.º PREFEITO, com o período de aquisição de 14/05/2016 a 13/05/2017, com início em 01/11/2017 a 30/11/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 410/2017
SÚMULA: Concede Férias ao Servidor Público.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder férias ao servidor, ROBERTO GONÇALVES DELFIM, portador da Carteira de Identidade RG n.º 8.883-2, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de PROCURADOR MUNICIPAL, lotado no GAB.º PREFEITO, com o período de aquisição de 14/05/2016 a 13/05/2017, com início em 01/11/2017 a 30/11/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 411/2017
SÚMULA: Concede Licença Prêmio ao Servidor.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder, 03 (três) meses de LICENÇA PRÊMIO, ao servidor ALISON CARDOSO, portador do RG n.º 10.041.119-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA RODÓVIARIA, SECRETARIA DE SERVIÇOS RODÓVIÁRIOS, referente ao quinquênio 2012/2017, admitido em 02/04/2012, cujo período de aquisição de 01/11/2017 a 30/11/2017, com início em 01/11/2017 a 30/11/2017.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 412/2017
SÚMULA: Concede Licença Prêmio ao Servidor.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder, 03 (três) meses de LICENÇA PRÊMIO, ao servidor CLAUDIO VIEIRA DE MIRANDA, portador do RG n.º 10.041.119-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, lotado na SEI DE SAÚDE, referente ao quinquênio 2005/2010, admitido em 01/11/2005, com início em 01/11/2017 a 30/11/2017, sem prejuízo de seus vencimentos.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 413/2017
SÚMULA: Concede Licença Prêmio ao Servidor.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder, 03 (três) meses de LICENÇA PRÊMIO, ao servidor SIDMAR DONIZETE BEDIN, portador do RG n.º 10.041.119-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA RODÓVIARIA, SECRETARIA DE SERVIÇOS RODÓVIÁRIOS, referente ao quinquênio 2012/2017, admitido em 02/04/2012, cujo período de aquisição de 01/11/2017 a 30/11/2017, com início em 01/11/2017 a 30/11/2017, sem prejuízo de seus vencimentos.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO N.º 110/2017
Dispõe sobre promulgação do "PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL-REFIS", provisórias.
MARCIO ILIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 9º da Lei n.º 8.969/1997 datada de 12 de abril de 2017 (P.º Recuperação Fiscal-REFIS);
DECRETA:
Art. 1º - Fica promulgado para 30 de novembro de 2017 o seguinte (PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL-REFIS).

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE DOURADINA - PR

Ata n.º 001/2017
O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Douradina, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 001/2017.
Art. 2º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 002/2017.
Art. 3º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 003/2017.
Art. 4º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 004/2017.
Art. 5º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 005/2017.
Art. 6º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 006/2017.
Art. 7º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 007/2017.
Art. 8º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 008/2017.
Art. 9º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 009/2017.
Art. 10º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 010/2017.
Art. 11º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 011/2017.
Art. 12º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 012/2017.
Art. 13º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 013/2017.
Art. 14º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 014/2017.
Art. 15º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 015/2017.
Art. 16º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 016/2017.
Art. 17º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 017/2017.
Art. 18º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 018/2017.
Art. 19º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 019/2017.
Art. 20º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 020/2017.
Art. 21º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 021/2017.
Art. 22º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 022/2017.
Art. 23º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 023/2017.
Art. 24º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 024/2017.
Art. 25º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 025/2017.
Art. 26º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 026/2017.
Art. 27º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 027/2017.
Art. 28º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 028/2017.
Art. 29º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 029/2017.
Art. 30º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 030/2017.
Art. 31º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 031/2017.
Art. 32º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 032/2017.
Art. 33º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 033/2017.
Art. 34º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 034/2017.
Art. 35º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 035/2017.
Art. 36º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 036/2017.
Art. 37º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 037/2017.
Art. 38º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 038/2017.
Art. 39º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 039/2017.
Art. 40º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 040/2017.
Art. 41º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 041/2017.
Art. 42º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 042/2017.
Art. 43º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 043/2017.
Art. 44º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 044/2017.
Art. 45º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 045/2017.
Art. 46º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 046/2017.
Art. 47º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 047/2017.
Art. 48º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 048/2017.
Art. 49º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 049/2017.
Art. 50º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 050/2017.
Art. 51º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 051/2017.
Art. 52º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 052/2017.
Art. 53º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 053/2017.
Art. 54º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 054/2017.
Art. 55º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 055/2017.
Art. 56º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 056/2017.
Art. 57º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 057/2017.
Art. 58º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 058/2017.
Art. 59º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 059/2017.
Art. 60º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 060/2017.
Art. 61º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 061/2017.
Art. 62º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 062/2017.
Art. 63º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 063/2017.
Art. 64º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 064/2017.
Art. 65º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 065/2017.
Art. 66º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 066/2017.
Art. 67º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 067/2017.
Art. 68º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 068/2017.
Art. 69º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 069/2017.
Art. 70º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 070/2017.
Art. 71º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 071/2017.
Art. 72º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 072/2017.
Art. 73º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 073/2017.
Art. 74º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 074/2017.
Art. 75º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 075/2017.
Art. 76º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 076/2017.
Art. 77º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 077/2017.
Art. 78º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 078/2017.
Art. 79º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 079/2017.
Art. 80º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 080/2017.
Art. 81º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 081/2017.
Art. 82º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 082/2017.
Art. 83º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 083/2017.
Art. 84º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 084/2017.
Art. 85º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 085/2017.
Art. 86º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 086/2017.
Art. 87º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 087/2017.
Art. 88º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 088/2017.
Art. 89º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 089/2017.
Art. 90º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 090/2017.
Art. 91º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 091/2017.
Art. 92º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 092/2017.
Art. 93º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 093/2017.
Art. 94º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 094/2017.
Art. 95º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 095/2017.
Art. 96º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 096/2017.
Art. 97º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 097/2017.
Art. 98º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 098/2017.
Art. 99º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 099/2017.
Art. 100º - Aprovar o Demonstrativo Financeiro do CMAS de Douradina, conforme Anexo 100/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 407/2017
SÚMULA: Concede GTIDE ao servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com Lei Complementar n.º 080/2017.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder de acordo com o artigo 49 da Lei Complementar n.º 080/2017 de 13 de julho de 2017, ao JAMIRO MEENESES DE OLIVEIRA, portador de carteira de identidade RG. 8.869.317-9, ocupante do provimento Efetivo de FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA, Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, no percentual de 60% (sessenta) por cento, sobre o vencimento de seu cargo de origem, a partir de 01 de maio de 2017.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 407/2017
SÚMULA: Concede GTIDE ao servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com Lei Complementar n.º 080/2017.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder de acordo com o artigo 49 da Lei Complementar n.º 080/2017 de 13 de julho de 2017, ao JAMIRO MEENESES DE OLIVEIRA, portador de carteira de identidade RG. 8.869.317-9, ocupante do provimento Efetivo de FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA, Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, no percentual de 60% (sessenta) por cento, sobre o vencimento de seu cargo de origem, a partir de 01 de maio de 2017.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

Processo
160/2017

34 Modalidade
Pregão

Objeto

Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares des

INTERESSADOS

CNPJ: 03462550900
Razão Social: ANDRE EDUARDO RAIMUNDO
Nome Fantasia:
Endereço: AAAAAAA
Cidade/UF: LONDRINA/PR
Responsável: ANDRE
Telefone: 4330255310
E-mail: andre@corretoraproducao.com.br

CNPJ: 76568708000105
Razão Social: editora o estado do parana
Nome Fantasia: Tribuna do Paraná
Endereço: Rua José Loureiro, 282
Cidade/UF: Curitiba/parana
Responsável: Mara
Telefone: 4132358531
E-mail: smonteiro@tribunadoparana.com.br

CNPJ: 19268434000103
Razão Social: Alberti & Rana! Estúdio de Design Gráfico Ltda
Nome Fantasia: MUNDO Studio
Endereço: Rua João Beltega, 101 cj. 1014
Cidade/UF: Curitiba/Paraná
Responsável: Camila Rodrigues Alberti
Telefone: 41999971463
E-mail: camila@mun-do-studio.com

CNPJ: 05753647000108
Razão Social: CELIO
Nome Fantasia: CELIO JOSE LOPES
Endereço: AV. PARANA 4891
Cidade/UF: UMUARAMA - PR/PARANA
Responsável: CELIO CELIO JOSE LOPES
Telefone: 4436222831
E-mail: MCPAPELARIAEINFORMATICA@GMAIL.COM

CNPJ: 06.926.016/000
Razão Social: dsadsadsa
Nome Fantasia: dsadasd
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira - de 6792
Cidade/UF: Curitiba/PR
Responsável: dsadsadsa dsadasd
Telefone: 8787878787
E-mail: suporte@corretoraproducao.com.br


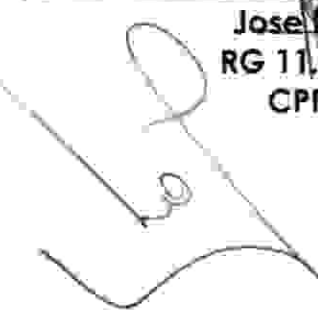
35
Londrina-PR, 14 de Novembro de 2017.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-PR.
REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017.


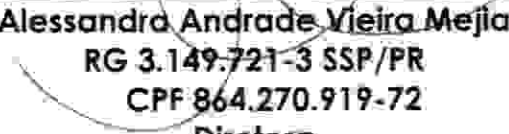
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

Declaramos, sob pena da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017**, instaurado pela Prefeitura do Município de Alto Paraíso, que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação citado.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Jose Nicolas Murta Mejia
RG 11.006.378-4 SSP/PR
CPF 744.969.561-87
Diretor

Alessandra Andrade Vieira Mejia
RG 3.149.721-3 SSP/PR
CPF 864.270.919-72
Diretora

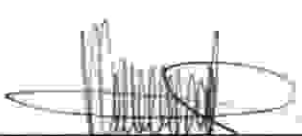
Abisa

Londrina-Pr: 14 de Novembro de 2017.


À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-PR.
REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º,
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos, sob pena da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017**, instaurado pela Prefeitura do Município de Alto Paraíso, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16(dezesseis). Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de 14(quatorze) anos, na condição de aprendiz.
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.



José Nicolas Murta Mejia
RG 11.006.378-4 SSP/PR
CPF 744.969.561-87
Diretor



Alessandra Andrade Vieira Mejia
RG 3.149.721-3 SSP/PR
CPF 864.270.919-72
Diretora

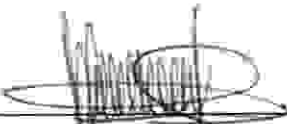
Londrina-Pr; 14 de Novembro de 2017.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-PR.
REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017.


DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E DE SUBMISSÃO AO EDITAL

Declaramos, sob pena da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017**, instaurado pela Prefeitura do Município de Alto Paraíso, que concordamos e se submetemos a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação. Declaramos ainda, que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sócias, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.



José Nicolas Murta Mejia
RG 11.006.378-4 SSP/PR
CPF 744.969.561-87
Diretor



Alessandra Andrade Vieira Mejia
RG 3.149.721-3 SSP/PR
CPF 864.270.919-72
Diretora

Londrina-PR, 14 de Novembro de 2017.

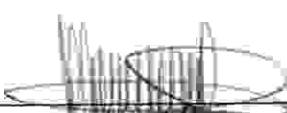
38

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-PR.
REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017.



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Declaramos, sob pena da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017**, instaurado pela Prefeitura do Município de Alto Paraíso, que DECLARA, sob as penas da Lei que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

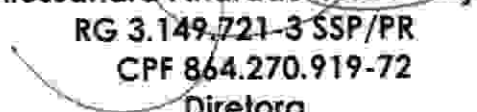
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.



José Nicolas Muria Mejia
RG 11.006.378-4 SSP/PR
CPF 744.969.561-87
Diretor



Alessandra Andrade Vieira Mejia
RG 3.149.721-3 SSP/PR
CPF 864.270.919-72
Diretora





PROPOSTA DE PREÇO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-PR.
REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 160/2017

EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A

CNPJ 77.338.424/0001-95

Rua Piauí, 241 - Centro - Londrina/PR

Fone/Fax: (43) 3374-2018

Dados bancários da licitante: Agência: 109 / Banco 341 - ITAÚ Conta: 20207-7

Dados para assinatura do contrato: - Jose Nicolas Murta Mejia, RG 11.006.378-4/PR - CPF: 744.969.561-87

E-mail: publicidade@folhadelondrina.com.br / andre@corretoraproducao.com.br

Item	Descrição/serviço	Quantidade de CM/COLUNA	Preço Unit.	Preço Total R\$
01	Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município.	400	R\$ 30,00	R\$ 12.000,00
TOTAL: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)				

Realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital:

A publicação deverá seguir os padrões de publicação dos atos oficiais, em letra tipo Arial/Times, tamanho 10 à 12 para Título e de 06 à 12 para texto.

A Contratada deverá disponibilizar edições diárias, com tiragem mínima de 30.000 (trinta mil) exemplares e abranger, no mínimo, 40 (quarenta) municípios do Estado do Paraná.
SENDO COMPROVADO ATRAVÉS DO IVC.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

Prazo de entrega/fornecimento: Conforme Edital.

Condições de pagamento: Conforme Edital.


Vigência do Registro de preços: 12 (doze) meses, contados da data da abertura dos envelopes;


Declaro, para os devidos fins, que estão incluídas no preço proposto todos os impostos, seguros, taxas, fretes, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes até a efetiva entrega dos jornais.

Declaramos que o valor proposto compreende todas as despesas concernentes desta contratação;

Declaramos atender e cumprir todas as exigências do referido Edital.

Londrina-Pr, 14 de Novembro de 2017.


Jose Nicolas Muria Mejia
RG 11.006.378-4 SSP/PR
CPF 744.969.561-87
Diretor


Alessandra Andrade Vieira Mejia
RG 3.149.721-3 SSP/PR
CPF 864.270.919-72
Diretora

IVC	RELATÓRIO AUDITORIAL		Nº DE ORDEM 19.917	PERÍODO DE REFERÊNCIA 2º SEMESTRE/2017	JORNAL PAGO
	PUBLICAÇÃO FOLHA DE LONDRIANA	CIDADE SEDE LONDRIANA	PERIODICIDADE DIÁRIO	CIRCULAÇÃO PAGA - JORNAL	

COMPARATIVO DA CIRCULAÇÃO LÍQUIDA PAGA

QUADRO DEMONSTRATIVO								MÉDIAS	
	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Seg. a Dom.	Seg. a Sáb.
Informação Jurada do Auditado	35.719	26.221	26.731	26.448	26.295	26.229	32.750	28.199	26.946
Relatório Auditorial	34.610	24.482	24.981	24.700	25.493	25.464	31.772	27.357	26.149
Diferença Numérica	-1.109	-739	-750	-748	-803	-765	-978	-842	-797
Diferença Percentual	-3,20%	-3,02%	-3,00%	-3,03%	-3,16%	-3,01%	-3,08%	-3,08%	-3,05%

MOVIMENTO GERAL DA CIRCULAÇÃO LÍQUIDA PAGA

RESUMO DO MOVIMENTO								MÉDIAS	
	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Seg. a Dom.	Seg. a Sáb.
CIDADE SEDE									
Venda Avulsa	2.747	355	621	565	615	622	659	888	576
Assinaturas	13.191	10.732	10.835	10.731	11.327	11.316	13.151	11.612	11.349
Total	15.938	11.087	11.456	11.296	11.972	11.938	13.810	12.500	11.927
ZONAS ADJACENTES									
Venda Avulsa	592	128	161	167	180	164	159	222	180
Assinaturas	3.019	2.652	2.683	2.652	2.672	2.673	3.018	2.767	2.725
Total	3.611	2.780	2.844	2.819	2.852	2.837	3.177	2.989	2.885
TOTAL REGIÃO METROPOLITANA	19.549	13.867	14.300	14.115	14.823	14.776	16.987	15.489	14.812
INTERIOR DO ESTADO									
Venda Avulsa	635	313	272	287	277	287	343	345	297
Assinaturas	10.619	10.045	10.151	10.041	10.135	10.144	10.641	10.254	10.193
Total	11.254	10.358	10.423	10.328	10.412	10.431	10.984	10.599	10.490
TOTAL DO ESTADO	30.802	24.225	24.724	24.443	25.235	25.207	27.971	26.088	25.302
DEMAIS ESTADOS									
Venda Avulsa	25	9	13	11	11	10	14	13	11
Assinaturas	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Total	27	11	15	13	13	12	16	15	13
TOTAL BRASIL	30.829	24.236	24.738	24.456	25.246	25.219	27.986	26.103	25.315
EXTERIOR									
Venda Avulsa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assinaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS									
Venda Avulsa	3.999	895	1.067	1.030	1.113	1.083	1.175	1.468	1.046
Assinaturas	26.830	23.434	23.671	23.426	24.135	24.136	26.811	24.835	24.269
Total da Circulação	30.829	24.239	24.738	24.456	25.248	25.219	27.986	26.103	25.315
Com sobreposição	3.781	243	243	244	245	245	3.785	1.255	834
EDIÇÃO DIGITAL Sem sobreposição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Circulação Digital	3.781	243	243	244	245	245	3.785	1.255	834
Total da Circulação Impressa + Digital	34.610	24.482	24.981	24.700	25.493	25.464	31.772	27.358	26.149
SEM ANTERIOR IMPRESSA + DIGITAL	24.214	24.989	25.985	25.251	26.182	26.076	31.441	28.206	26.638

Obs.: Edição digital são os exemplares referentes à cópia da publicação que foi distribuída eletronicamente como uma unidade

CIRCULAÇÃO PAGA NA CIDADE SEDE

ZONAS DA CIDADE SEDE (Impressa)								MÉDIAS	
	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Seg. a Dom.	Seg. a Sáb.
Venda Avulsa	2.718	353	607	561	638	618	656	878	572
Assinaturas	13.191	10.732	10.835	10.731	11.327	11.316	13.151	11.612	11.349
Total	15.907	11.085	11.442	11.292	11.963	11.934	13.807	12.490	11.921
Venda Avulsa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assinaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda Avulsa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assinaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda Avulsa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assinaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	15.907	11.085	11.442	11.292	11.963	11.934	13.807	12.490	11.920
VENDEDORES EXTRAS	31	2	14	4	9	4	3	10	6
Vendas por Mercado Cidada Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15.938	11.087	11.456	11.296	11.972	11.938	13.810	12.499	11.926

CIRCULAÇÃO PAGADA NOS MUNICÍPIOS ADJACENTES ÀO DA CIDADE SEDE (IMPRESSA)

ZONAS ADJACENTES / VERSÕES REGIONAIS								MÉDIAS	
	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Seg. a Dom.	Seg. a Sáb.
Alvorada do Sul	119	97	99	98	98	97	110	101	100
Assaí	273	269	274	270	272	274	280	273	273
Bela Vista do Paraíso	199	150	154	152	152	152	164	170	165
Camboá	1.081	686	697	691	690	678	861	765	712
Imporã	717	529	542	537	574	372	629	586	564
Jataizinho	134	114	112	115	117	117	122	116	117
Primeiro de Maio	130	115	116	115	115	115	123	118	117
Rolândia	555	561	565	561	546	546	585	574	561
Sertãozinho	197	167	168	168	171	169	184	175	171
Tamarena	116	103	104	103	107	107	110	107	106
TOTAL	3.611	2.780	2.844	2.819	2.852	2.837	3.177	2.969	2.685
Brasil exceto cidade sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CIRCULAÇÃO PAGADA (IMPRESSA)

	Dom.			Média de 2af. a Sábado			Média de 2af. a Domingo			VENDA AVULSA		ASSINATURAS	
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Domingo	Seg. a Sáb.	Domingo	Seg. a Sáb.
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	2	25	27	2	11	13	2	13	15	26	11	2	2
Total	2	25	27	2	11	13	2	13	15	26	11	2	2
PR	287	30.535	30.822	324	24.978	25.302	315	25.773	26.088	3.974	1.035	26.828	24.267
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	287	30.535	30.822	324	24.978	25.302	315	25.773	26.088	3.974	1.035	26.828	24.267
DE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	289	30.580	30.829	326	24.989	25.315	317	25.786	26.103	3.999	1.046	26.830	24.269
Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Geral	289	30.580	30.829	326	24.989	25.315	317	25.786	26.103	3.999	1.046	26.830	24.269

pr

D

Hono.

P

CIRCULAÇÃO PAGA POR MUNICÍPIO (IMPRESSA)

ESTADOS	MUNICÍPIOS	População	VENDA AVULSA			ASSINATURA			TOTAL GERAL		
			Domingo	Seg a Sáb	Seg a Dom	Domingo	Seg a Sáb	Seg a Dom	Domingo	Seg a Sáb	Seg a Dom
SP	São Paulo	11.244.369	-	-	-	2	2	2	2	2	2
	027 Outros Municípios	-	25	11	13	-	-	-	25	11	13
PR	Curitiba	1.746.898	93	32	32	238	292	283	267	324	316
	Alvarada do Sul	10.298	4	4	4	106	96	98	110	100	102
	Assaí	16.368	3	12	10	270	262	263	273	274	270
	Bela Vista do Paraíso	15.080	26	8	11	173	157	160	199	165	171
	Cambe	66.795	279	88	89	802	654	675	1.081	712	754
	Capitão	48.200	121	30	43	596	534	542	717	564	585
	Chapadão	11.859	20	7	8	114	110	110	134	117	118
	Primeiro de Maio	10.832	10	2	3	120	114	115	130	116	118
	Colândia	57.870	99	28	39	558	533	536	855	561	575
	Sertãozinho	15.637	19	7	9	178	163	166	197	170	175
	Tamarana	12.232	11	4	5	105	102	102	116	106	107
	Abadiânia	7.753	-	-	-	51	47	47	51	47	47
	Alto Paranaíba	13.662	-	-	-	34	33	33	34	33	33
	Altônia	20.510	3	2	2	46	48	48	49	48	48
	Andaraí	20.615	11	1	2	154	147	148	165	146	150
	Apucarana	120.884	58	16	22	277	243	248	335	259	270
	Araucária	104.161	95	25	33	543	490	498	638	513	531
	Assunção	13.424	-	-	-	27	28	29	27	28	29
	Assis Chateaubriand	33.028	4	3	3	108	112	111	112	115	114
	Astorga	24.704	16	4	8	158	150	151	174	154	167
	Bandeirantes	32.162	50	11	14	180	126	128	170	137	142
	Barbosa Ferraz	12.053	-	-	-	44	39	40	44	39	40
	Bomazópolis	7.877	4	-	1	36	34	34	40	34	35
	Cafelândia	14.551	-	-	-	20	25	25	26	25	25
	Cambará	23.871	2	1	1	123	118	117	125	117	118
	Campina da Lagoa	10.393	2	2	2	71	70	70	73	72	72
	Chapão Mourão	87.287	3	2	2	258	242	245	281	244	247
	Chafariz do Abreu	10.662	-	-	-	27	27	27	27	27	27
	Carlópolis	13.706	3	1	1	41	42	42	44	43	43
	Cascavel	286.172	13	8	9	57	52	52	70	61	61
	Centenário do Sul	11.178	4	2	3	93	85	88	97	87	89
	Chapão	69.962	3	1	1	191	190	190	194	191	194
	Cidade Gaúcha	11.067	-	-	-	59	56	56	56	56	56
	Colorado	22.347	1	3	3	108	108	108	109	111	111
	Comandante	8.279	1	1	1	46	45	45	50	45	46
	Coronel Prudente	46.925	53	16	23	288	252	257	341	270	280
	Cruzeiro do Oeste	20.418	-	-	-	65	60	61	65	60	61
	Engenheiro Beltrão	13.925	-	1	1	82	39	39	42	40	40
	Farol	10.217	8	3	5	114	105	106	123	110	111
	Figueira	8.293	-	1	-	27	25	25	27	26	25
	Florestópolis	11.220	-	-	-	57	54	55	57	54	55
	Formosa do Oeste	7.543	-	-	-	32	30	30	32	30	30
	Foz de Iguaçu	259.081	8	6	6	68	70	70	74	78	78
	Francisco Beltrão	78.957	3	1	1	68	67	67	69	68	68
	Guaíra	29.024	-	-	-	158	154	154	168	154	154
	Guarapuá	30.669	8	5	5	108	101	102	113	106	107
	Guarapuá	5.247	-	-	-	50	42	43	50	42	43
	Guarapuá	167.463	8	5	6	83	83	83	91	88	89
	Itaí	28.725	10	5	5	119	121	120	129	126	126
	Icaraima	8.899	1	1	1	28	25	26	29	28	27
	Iporã	14.064	-	3	2	66	57	57	56	60	59
	Itamborã	8.759	-	-	-	37	35	35	37	35	35
	Itaipava	31.812	13	8	7	256	244	246	269	250	259
	Jacareizinho	39.093	21	13	14	162	161	161	183	174	175
	Jaguapitã	12.256	11	5	5	110	100	101	121	105	108
	Jaguariaíva	32.618	-	-	-	31	28	30	31	29	30
	Jandaia do Sul	20.283	19	6	8	120	112	113	130	118	121
	Jaraguá	8.542	-	-	-	32	32	32	32	32	32
	Jardim Alegre	12.325	-	-	-	57	53	53	57	53	53
	Jesuítas	10.001	-	-	-	38	39	39	38	39	39
	Joaquim Taveira	10.735	2	3	3	54	48	50	58	52	53
	Jurandia	7.841	-	-	-	32	32	32	32	32	32
	Londrina	21.211	-	3	2	73	72	72	73	75	74
	Londrina	506.845	2.747	578	888	13.191	11.349	11.612	15.938	11.927	12.580

CIRCULAÇÃO PAGA POR MUNICÍPIO (IMPRESSA)

ESTADOS	MUNICÍPIOS	População	VENDA AVULSA			ASSINATURA			TOTAL GERAL		
			Domingo	Seg a Sáb	Seg a Dom	Domingo	Seg a Sáb	Seg a Dom	Domingo	Seg a Sáb	Seg a Dom
PR	Lupionópolis	4.592	4	2	2	55	49	50	59	51	52
	Mamboré	13.688	1	1	1	55	48	49	58	49	50
	Marataguari	32.669	3	1	1	68	89	88	91	90	89
	Manoel Ribas	13.164	-	-	-	60	57	58	60	57	58
	Marechal Cândido Rondon	46.799	-	-	-	21	21	21	21	21	21
	Maravá	51.872	6	2	2	57	37	37	42	58	58
	Marilândia do Sul	8.855	-	-	-	36	31	32	38	31	32
	Maringá	357.117	29	15	17	202	181	184	231	198	201
	Matua da Serra	8.553	4	2	2	55	53	53	59	56	55
	Medianeira	41.830	-	-	-	32	32	32	32	32	32
	Mirasolva	1.858	-	-	-	43	39	40	43	39	40
	Morais Sales	12.606	-	-	-	30	28	27	30	28	27
	Nova Aurora	13.871	-	-	-	31	27	27	31	27	27
	Nova Esperança	26.613	7	2	2	56	56	56	63	58	58
	Nova Fátima	8.153	2	-	-	49	43	44	51	43	44
	Nova Londrina	13.069	-	-	-	51	50	51	54	50	51
	Orienteira	23.384	-	-	-	54	51	51	54	51	51
	Palmital	14.870	-	-	-	29	27	28	29	27	28
	Palotina	28.092	-	-	-	58	52	53	58	52	53
	Paraisópolis	11.791	-	-	-	33	31	31	33	31	31
	Paranacity	10.256	-	2	1	18	20	20	18	22	21
	Paranavaí	81.595	11	6	6	143	142	142	154	148	148
	Pespinha	10.622	-	-	-	41	42	42	41	42	42
	Pérola	10.208	-	-	-	38	37	37	38	37	37
	Pitanga	32.645	4	1	2	85	80	89	89	91	91
	Ponta Grossa	311.897	-	-	-	37	35	35	37	35	35
	Precatu	14.185	9	3	4	173	164	165	182	167	169
	Prado Ferreira	3.434	-	-	-	29	28	28	29	28	28
	Quanguá	7.044	-	-	-	32	30	31	32	30	31
	Querência do Norte	11.439	-	-	-	34	32	33	34	32	33
	Rancho Alegre	3.955	-	-	-	34	35	35	34	35	35
	Rua Nova	10.918	-	-	1	32	30	30	33	31	31
	Ribeirão Claro	10.690	1	3	3	34	31	32	35	34	35
	Ribeirão do Pinhal	13.522	-	-	-	76	72	72	78	72	72
	Sabáudia	6.095	2	1	1	35	37	38	37	38	37
	Santa Cecília do Pavão	3.646	-	-	-	39	29	29	33	29	29
	Santa Fé	10.436	-	-	-	40	38	38	40	38	38
	Santa Isabela do Ivaí	8.755	2	1	1	36	28	29	32	28	30
	Santa Mariana	12.432	8	6	5	83	82	92	101	97	97
	Santo Antônio da Platina	42.688	14	7	8	176	172	172	190	178	180
	Santo Inácio	5.283	-	-	-	35	32	33	35	32	33
	São Jerônimo da Serra	11.336	1	1	1	69	60	60	61	61	61
	São João do Ivaí	11.523	-	-	-	75	72	72	75	72	72
	São Pedro do Ivaí	10.184	-	-	-	52	55	54	52	55	54
	São Sebastião da Amoreira	8.629	3	2	2	68	65	65	71	67	67
	Sertãozinho	5.817	4	1	2	67	51	62	71	62	64
	Siqueira Campos	18.446	-	-	-	55	57	58	65	57	58
	Tapejara	14.800	-	2	2	44	40	40	44	42	42
	Tatamão Boa	89.878	9	5	5	77	74	74	88	79	79
	Terra Boa	16.781	-	1	1	68	66	66	69	67	67
	Terra Rica	15.256	-	1	1	47	40	40	41	41	41
	Terra Roxa	16.763	-	-	-	69	57	57	59	57	57
	Toledo	119.953	8	9	3	66	41	41	60	44	44
	Ubatuba	21.582	1	2	2	165	143	144	146	145	146
	Umaraima	100.716	22	11	12	123	116	117	145	127	129
	Uraí	11.422	12	4	5	145	132	134	157	138	139
	Wenceslau Braz	19.204	2	1	1	36	37	37	38	38	38
	138 Outros Municípios	-	19	7	17	1.835	1.784	1.797	1.854	1.791	1.814

Nova

MOVIMENTO DA TIRAGEM (IMPRESSA)

MÉDIAS

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Seg. a Dom	Seg. a Sáb.
CIRCULAÇÃO PAGA	30.829	24.239	24.736	24.456	25.248	25.219	27.988	26.102	26.314
CIRCULAÇÃO GRÁTIS	1.237	935	1.524	984	1.183	1.080	1.131	1.151	1.136
JORNAL NAS ESCOLAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCALHE SEDE	910	348	408	408	490	453	420	504	439
ENCALHE INTERIOR	779	464	480	467	461	475	486	516	472
EXEMPLARES NÃO DISTRIBUÍDOS	525	419	419	415	433	438	495	449	437
EXEMPLARES INUTILIZADOS	2.111	2.028	1.657	1.600	1.268	1.457	1.264	1.626	1.548
TOTAL GERAL DA TIRAGEM	36.391	28.431	28.226	28.420	28.063	28.123	31.782	30.348	29.341
TOTAL DO SEMESTRE ANTERIOR	37.042	29.540	29.918	28.709	29.604	29.500	32.584	30.982	29.973

- Condição de recebimento do exemplar: - Sem limitação.

- Promoção de venda no período: - Não.

- Tabela de Preços:

Cidade Sede	Dias Úteis	Domingo	Assinatura:	Semestral	Annual
Jan. a Abr./15	R\$ 1,25	R\$ 2,50		R\$ 189,60	R\$ 379,20
Mai. a Jun./15	R\$ 1,25	R\$ 2,50		R\$ 195,75	R\$ 391,50

- Das Explicativas:

- Os números apresentados nos quadros deste relatório referem-se a médias semestrais por edição, exceto aqueles definidos por seus títulos ou notas.

- As médias apresentadas em comparativo da Circulação Líquida Paga, na 1ª página deste relatório, relativas ao Editor, foram extraídas das Informações Jureadas de 2014 de: R8.463-A, R8.741-A, R8.142-A, R9.382-A, R9.452 e R9.952.

- As populações dos Municípios foram extraídas do Censo de 2010 da Fundação IBGE.

Editora: EDITORA E GRÁFICA PARANÁ PRESS S/A
Endereço: Rua Piauí, 241 - Londrina - PR
Data da 1ª edição: 13 de Novembro de 1948
Natureza da Publicação: Matutina

- A circulação do jornal Folha de Londrina foi verificada de acordo com os padrões normativos do IVC.

São Paulo, 28 de Setembro de 2017
INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

Marco Aurélio de Souza
Gerente de Auditoria de Imprensa
1809.2909/15-11

ARJ

- Aviso Importante: As informações contidas nestes relatórios pertencem ao IVC e são de uso exclusivo deste Instituto e das empresas associadas a ele. Em decorrência, é expressamente proibido qualquer processo de cópia, reprodução, uso, divulgação e/ou da marca IVC, por terceiros sem autorização, sob pena de responder civil e criminalmente pelas consequências do ato.





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

48

TERMO DE CONFERÊNCIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 117/17

MODALIDADE: PREGÃO

PROPONENTE: EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS SA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#####	SOLICITADO	VALIDADE	OBSERVAÇÃO
RG e CPF dos Sócios	Sim	OK	
Contrato Social	Sim	OK	
Cartão CNPJ	Sim	OK	
CICAD			
CND Federal/INSS	Sim	03-04-18	
CND Estadual	Sim	14-03-18	
CND Municipal	Sim	14-11-17	
CND Fgts	Sim	16-11-17	
Atestados de Clientes			
Certidão de Concordata e Falência	Sim	27-11-17	
Confirmar CNPJ e endereço nas Certidões			
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	Sim	20-11-17	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

#####	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	Sim	OK	
Prazo de Entrega			
Validade da Proposta	Sim	OK	
Garantia			
Assinaturas			
Apresentou a marca do (s) produto(s)			
A proposta esta dentro do vlr máximo	13.732,00	12.000,00	
<u>1 VC</u>	Sim	OK	

Alto Paraíso-PR, 14, 11, 17

[Assinatura]
Assinatura do Membro Conferente

49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A.
CNPJ: 77.338.424/0001-95

Reservado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 15:03:58 do dia 05/10/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/04/2018.

Código de controle da certidão: **972E.5913.A0DD.3F47**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.

Observações PGFN:

Pagamento à vista com utilização de prejuízo fiscal - liberação manual

Alina

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 77338424/0001-95
Razão Social: EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS SA
Nome Fantasia: POLHA DE LONDRINA
Endereço: R. PIAUI 241 / CENTRO / LONDRINA / PR / 86010-909

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/10/2017 a 16/11/2017

Certificação Número: 2017101801404408621940

Informação obtida em 18/10/2017, às 14:46:39.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Maria

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 017203604-71

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 77.338.424/0001-95

Nome: **EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S/A**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/03/2018 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



Hoje



Lembrar os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providenciar junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CÁDASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.218.474/0001-25		DATA DE ABERTURA 25/11/1975	
MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DA INSTALAÇÃO) FOLHA DE LONDRIA			
CÓDIGO DE REGISTRO DE ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58-21-1-01 - Edição integrada a impressão de portais diários			
CÓDIGO DE REGISTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
LOGRADOURO (rua, avenida, estrada, etc.) 295-4 - Sociedade Anônima Fechada			
CEP 84.010-000		NÚMERO 241	COMPLEMENTO
CIDADE CENTRO		MUNICÍPIO LONDRIA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.834, de 08 de maio de 2016

Emitido no dia 25/05/2017 às 15:47:49 (data e hora de Brasília)

Página: 1/1

Consulta DSA / Capital Social

Voltar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

53
Régulo 1 de 1

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 77.338.424/0001-95

Certidão nº: 129454433/2017

Expedição: 25/05/2017, às 15:49:33

Validade: 20/11/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A. (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 77.338.424/0001-95, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

8048400-02.2005.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0253500-85.2008.5.09.0019 - TRT 09ª Região **

0001438-81.2010.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0001146-84.2010.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 4.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ESTADO DO PARANÁ

55

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Arrecadação - Gerência de Pronto Atendimento

CERTIDÃO NEGATIVA UNIFICADA

Nº 980632 / 2017

Válida por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da expedição

Certificamos que não existe débito vencido correspondente a Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria e Outros do Cadastro Mobiliário, Contribuinte e Imobiliário, bem como inexistência Dívida Ativa, com relação ao abaixo referido:

EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS SA
CPF/CNPJ: 77338424000195

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que porventura venham a ser constatados em buscas, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos.

Finalidade da certidão: **DIREITO** (Licitação, Cadastro, Incentivo à Cultura e/ou Esporte, Financiamento, Inventário, Baixa, Transferência).

Londrina, 14 de julho de 2017

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.londrina.pr.gov.br>>.

Dispensados carimbo e assinatura, conforme art. 3º do Decreto Nº 640/2015.

Código Validador
7PE#jy3Me0Wb

Modelo aprovado pela Portaria Nº 002/2015/GAB/SMF



Handwritten signature or mark.

Handwritten mark.

Handwritten mark.

Handwritten mark.

Handwritten mark.

57

CARTÓRIO SIMONI
Ebe Ferraz Simoni
2ª TABELA - LONDRINA / PR
AUTENTICAÇÃO

Londrina / PR **15 MAI 2015**

Autentico e presente a seguinte escritura pública que confere com o original Dou fé.

Cristina
Cristina Seixas Teixeira Substituta da Tabela

2ª TABELA - LONDRINA / PR
Cristina Seixas Teixeira
Substituta da Tabela
LONDRINA - PARANÁ
TABELA DE NOTAS
DE
NOTAS
FFE51694

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DE CARTEIRA 11.006.378-4 DATA DE EMISSÃO 24/11/2006

NOME JOSE NICOLAS MURTA MEJIA

AVULSO JOSE VICTOR MEJIA PIVARAL

NILDA AUXILIADORA MURTA DE MEJIA

NACIONALIDADE GUATEMALA DATA DE NASCIMENTO 03/12/1969

COMARCA=BRASILIA/DF, 1 OFICIO

C.NASC 34.LIVRO=1E.FOLHA=22

ASSINATURA DO DETENTADOR

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

Maric

[Handwritten signature]

58

CARTÓRIO SIMONI Ebe Furtaz Simoni 2ª TABELIA - LONDRINA / PR	
AUTENTICAÇÃO	
Londrina / PR	15 MAI 2015
Autentica a presente e demais documentos que conferir com o original. Dou-ta.	
<i>Cristina</i>	
Cristina Sanchez Teixeira - Substituta da Tabelia	

	MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF		
Cadastro de Pessoas Físicas Número de inscrição		
744.969.561-87		
Nome		
JOSE NICOLAO MURTA MEJIA		
Nascimento		
03/12/1984		

2ª TABELIA DE NOTAS
Cristina Sanchez Teixeira
2ª TABELIA DE NOTAS
LONDRINA - PARANÁ

TABELIA DE NOTAS
FFES1692

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

Maria

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 3.149.721-3

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3.149.721-3 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/08/2008

NOME: ALESSANDRA ANDRADE VIEIRA MEJIA

FILIAÇÃO: JOSE EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA
TANIA REGINA SOUZA VIEIRA

NATURALIDADE: CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO: 14/08/1975

DOC. ORIGEM: COMARCA=LONDINA/PR, 1. OFÍCIO
C.CAS=39230, LIVRO=1498, FOLHA=33

CPF: 864.270.815-72

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.115 DE 20/08/88

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS - Londrina/PR

Rua Mauá, 895 Sala 101 - FONE 3344-0161

Atenção: quem apresenta cópia confere com o Original. Dou fé.

LONDINA 08 ABR 2015

7º TABELIONATO DE NOTAS
CARTEIRA JULIANO
LONDINA/PR
2º REGISTRO CIVIL

<input type="checkbox"/> Cartão Mercosul (Brasil - Chile)	<input type="checkbox"/> Assessoria Mercosul - Estâncias
<input type="checkbox"/> Livro Registro, Livro - Registro	<input type="checkbox"/> Livro Registro (Brasil - Chile)
<input type="checkbox"/> Folha Livro - Registro (Brasil - Chile)	<input type="checkbox"/> Livro Registro (Brasil - Chile)
<input type="checkbox"/> Livro Registro (Brasil - Chile)	<input checked="" type="checkbox"/> Livro Registro (Brasil - Chile)

EM BRANCO

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Receita Federal

CPF

Contribuinte de Imposto de Renda
Contribuinte Pessoa Física

864.270.919-72

Nome

ALEXSANDRA ANTONIO DE MELO

Inscrição

1409197

TABELONAT



Y. TABERNATO DE NO. 12
CARTORIC
JULIO
1970

7. TABELONATO DE NOTAS - Londrina/PR

SELO
FUMARPEN
TABELONATO
DE
NOTAS
FEP77191

Final Plant 2019 Sat 11 - 0000-3344-0000
que 3 probante nupie conere north 0 0000-3344-0000

~~08 APR. 2015~~

2

<input type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>	<input checked="" type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>
<input type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>	<input type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>
<input type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>	<input type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>
<input type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>	<input checked="" type="checkbox"/> <u>Armando</u> <u>Armando</u> <u>Armando</u>

EM BRANCO

Howe

62

EDITORA E GRÁFICA PARANÁ PRESS S.A.
DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

CAPITULO I

Art.1º - Editora e Gráfica Paraná Press S.A. pessoa jurídica de direito privado, adiante denominada simplesmente Companhia, é uma sociedade anônima, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art.2º - A Companhia tem por objetivo a edição, impressão, venda de jornais, outros periódicos, livros e propaganda, e comercialização de mídiaweb diretamente ou pela participação no capital de outras empresas.

Art.3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, podendo instalar ou suprimir filiais, sucursais ou escritórios em qualquer parte do território nacional, observadas as restrições legais e regulamentares.

Art.4º - A Companhia tem duração indeterminada.

CAPITULO II

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art.5º - O capital social da Companhia é de R\$ 2.999.422,00 (Dois milhões novecentos e noventa e nove mil quatrocentos e vinte e dois reais) dividido em 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) ações ordinárias e 499.422 (quatrocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e dois) ações preferenciais, ambas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá emitir ações preferenciais até o limite fixado em lei.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozarão de prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem direito a prêmio.

Parágrafo Terceiro - Para fins de participação nos lucros e bens da Sociedade, as ações ordinárias e preferenciais terão o mesmo tratamento.

Parágrafo Quarto - Tanto as ações ordinárias como as ações preferenciais, poderão ser convertidas de uma espécie em outra, a vontade do acionista, desde que o pedido seja feito por escrito à Companhia, observado o disposto no Parágrafo Primeiro deste artigo e ressalvado, também, que as ações ordinárias deverão ser sempre de propriedade de pessoas físicas.

p

0

AUTENTICAÇÃO
ESTÁ NO VERSO

74 TABELIONADO DE 160-15-1 LomUms/PR

Run Pato, San Juan, P.R. 00910
Certificado de Exoneración de Pago de Impuesto, Donde

CONDICIONA

1-8-2017

- ☐ El presente certificado es válido para el pago de impuestos
- ☐ El presente certificado es válido para el pago de impuestos
- ☐ El presente certificado es válido para el pago de impuestos
- ☐ El presente certificado es válido para el pago de impuestos

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art.6 - As reuniões de Assembléia Geral, sua convocação, instalação e procedimento, bem assim, seus poderes e competência, obedecem ao que estabelece a Lei e este Estatuto, devendo ser secretariadas por pessoa escolhida pelo Presidente da Mesa.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art.7 - A administração da Companhia compete à Diretoria.

SEÇÃO I

DA DIRETORIA

Art.8 - A Diretoria da Companhia constitui-se de no mínimo 02 (Dois) membros, sendo 1 (Um) Diretor Superintendente e 01 (Um) Diretor sem designação Especial, eleito pela Assembléia Geral e com mandato de um ano.

Art.9 - A Diretoria tem ampla e cabal autonomia de ação visando à realização dos objetivos sociais e à prática dos atos necessários ao normal funcionamento da Companhia, inclusive os atos que importem em aquisição ou alienação de bens imóveis, constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros.

Parágrafo 1º - A Companhia está legitimamente representada, no País ou no exterior, nos atos que envolvam responsabilidade, se o respectivo documento estiver assinado por 2 Diretores em conjunto, ou ainda por procuradores constituídos forma disposta no artigo 12º.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a vacância ou impedimento temporário do cargo de Diretor o seu substituto será eleito em Assembléia Geral conforme as leis que regem este Estatuto para esse fim.

Art.10º. Compete ao Diretor Superintendente :

- Designar as atribuições específicas de cada diretor
- Designar o Diretor que deve substituir, cumulativamente outro Diretor em seu impedimento temporário.

Art.11º - Compete A Diretoria :

- Convocar a Assembléia Geral;
- Elaborar o relatório anual;
- Organizar os serviços da Companhia, provendo seus cargos e funções
- Dirigir os negócios ordinários da Companhia e fixar as normas gerais a serem observadas pela Gerência de Departamentos;
- Fixar a orientação geral da política estratégica, administrativa e operacional da Companhia;
- Examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, Regimento Interno ou a seu critério;
- Fixar os critérios básicos da administração do Pessoal;
- Escolher e destituir os auditores independentes;
- Aprovar o Regimento Interno;
- Declarar dividendo intermediário à conta do lucro líquido apurado;
- Deliberar sobre a aquisição e alienação de bens imóveis, a qualquer título;
- Deliberar sobre aquisição e alienação direta e indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- Deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;

Art.12º - A Diretoria, pode constituir procuradores para representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Parágrafo único - Nos instrumentos de procuração "ad negotia" deverá constar a extensão dos poderes conferidos, limitados à prática de atos necessários ao normal funcionamento da Companhia, mandatos esses com validade nunca superior a 12 (doze) meses.

SEÇÃO II

DAS NORMAS COMUNS À ADMINISTRAÇÃO

A AUTENTICAÇÃO
ESTÁ NO VERSO

Art.13 - Os mandatos dos Diretores iniciam-se com o termo de posse de seus titulares eleitos na Assembléia Geral, se dão na própria Assembléia e findam-se com a investidura de novos administradores.

Art.14 - Compete à Assembléia Geral fixar a remuneração dos membros da Diretoria; a remuneração compreende uma parte fixa mensal que são os honorários e uma parte variável constante de percentagem sobre o lucro líquido apresentado em cada balanço.

Parágrafo Único - A verba dos honorários e da percentagem de que trata este artigo é global, ficando sua distribuição entre os Diretores, a critério da Assembléia Geral.

Art.15 - É vedado os membros da Diretoria exercerem funções administrativas em outras sociedades, sem expressa autorização da Assembléia Geral.

CAPITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art.16 - Com funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionista, o Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, que fixa a remuneração dos membros efetivos.

Parágrafo Único - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal termina na primeira Assembléia Geral Ordinária após sua instalação.

CAPITULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Art.17 - O exercício social coincide com o ano civil.

Art.18 - O balanço geral é levantado no último dia útil do ano, podendo ser levantados balanços semestrais, a critério da Diretoria;

Art.19 - Do lucro líquido apurado em balanço semestral além da demais aplicações previstas em lei, destina-se:

- α- 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal;
- β- 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo para pagamento de dividendos aos acionistas;

χ- 10% (dez por cento) no mínimo até 20% no máximo para pagamento de percentagem aos administradores.

Parágrafo Único – O saldo remanescente do lucro líquido para constituir um Fundo de Reserva para aumento de capital, até o limite deste.

CAPITULO VII

DA LIQUIDAÇÃO

Art.20º - A Companhia entra em liquidação nos casos previstos na lei, observadas as normas pertinentes.

Londrina, 30 de Janeiro de 2015

Paulo Sergio Da Silva
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 19/02/2015
SOC Nº: 2015-0732482
Protocolo: 15/075248-2, DE 11/02/2015

Certificamos que o CNPJ nº 00.000.000/0001-91
pertence à LIBERTAD BOGUS SECRETARIA GERAL

7. *Thymus praecox* L. (Wild Thyme)

Handwritten signature: *[Signature]*

16 NOV. 2017

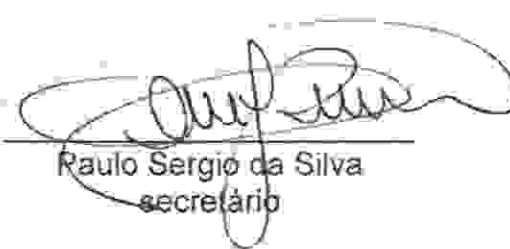
INFORMATION ON THIS
 DOCUMENT IS UNCLASSIFIED
 DATE 08-14-2011 BY 60322
 FMR78461

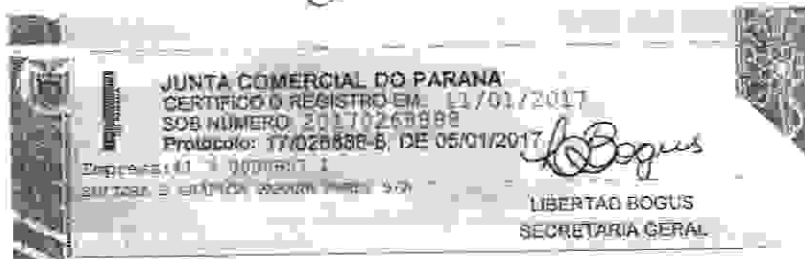
**SUMÁRIO DA ATA DA TRIGÉSIMA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA**

1) Data: 16 de dezembro de 2016. 2) Local: sede social, à Rua Piauí nº 241 Londrina- PR. 3) Horário 14:00hrs. 4) Quorum: Acionistas titulares de 100% (Cem por cento) das ações ordinárias representativas do capital social com direito a voto. 5) Convocação: Dispensada conforme artigo 124º, parágrafo 4º, Lei 6.404/76, com a seguinte ordem do dia. 1)- Proposta de eleição da diretoria. 2)- Composição da mesa: José Nicolas Murta Mejia – Presidente; Paulo Sergio da Silva – secretário. 3) Deliberações tomadas por unanimidade de votos: 3.1)Aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. 4) Aprovada a eleição da diretoria da seguinte forma: ALESSANDRA ANDRADE VIEIRA MEJIA, brasileira, casada, economista, residente e domiciliada na Rua Mauricio Alves da Silva nº282, Vale do Arvoredo, Cep 86.047-596, nesta cidade de Londrina Pr, portadora da cédula de identidade 3.149.721-3 SSP/PR e inscrita no CPF: 864.270.919-72 como Diretora; JOSÉ NICOLAS MURTA MEJIA, Brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Mauricio Alves da Silva nº282, Vale do Arvoredo, Cep 86.047-596, nesta cidade de Londrina Pr, portadora da cédula de identidade 11.006.378-4 SSP/PR e inscrito no CPF nº 744.969.561-87, como Diretor Superintendente, todos com mandato até a Assembleia Geral de 2018. Os Eleitos declaram, sob pena da lei, de que não estão impedidos por lei especial e nem estão condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a função ou cargos públicos. 5). Acionistas presentes: Alessandra Andrade Vieira Mejia e José Nicolas Murta Mejia.

Certifico que o presente sumário de Ata é cópia fiel da transcrição à páginas do livro de Atas de Reuniões de Assembleias Gerais nº02, escriturado na forma facultada pelo artigo 5º da Instrução Normativa nº 54, de 06/03/96, do Departamento Nacional de Registro do Comércio-DNRC.

Londrina, 16 de dezembro de 2016


Paulo Sergio da Silva
secretário



AUTENTICAÇÃO
DO VERSO



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LONDRINA
CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

68

Ary Tristão
Titular

Empregados Juramentados

Ans Paula Tristão

Lourival Danelutti

Edenilson Donisete Macri

Iwerlei Bueno Moraes

Ozeas Pinheiro de Goes

Marta Rocha

CERTIDÃO

Fl. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo os livros do Cartório a meu cargo, deles não consta ter sido distribuída a qualquer Vara desta Comarca, FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL alguma em que fosse obrigado(a):

EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS SA, CNPJ 77.338.21/0001-95.

Busca referente aos últimos 20 anos, exclusivamente sobre as ações supra citadas.

CUSTAS: R\$ 28,23

Lei 18.927/19 - Tab XVI - 141 VRC x 0,182 - 10%

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 27 de Outubro de 2017.

DISTRIBUIDOR
Iwerlei Bueno Moraes
Empregado Juramentado

Pregão Presencial Nº 117/2017

Ata de sessão de recebimento e julgamento dos envelopes nº 1 e 2, em atendimento ao Pregão Presencial Nº 117/2017.

Às 09:00 horas do dia quatorze de novembro de 2017, na dependência da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, reuniu-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria Nº 246/2017 de 1 de junho de 2017, para proceder ao recebimento dos envelopes nº 1 e 2 a serem entregues pelas empresas interessadas no objeto do Pregão Presencial nº 117/2017. Aberta a sessão pelo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a), apresentaram-se como proponentes as empresas:

FORNECEDOR	REPRESENTANTE LEGAL	PORTE	CREDENCIADO
EDITORA E GRÁFICA PARANÁ PRESS S/A	AUSENTE	Não Especificada	SIM

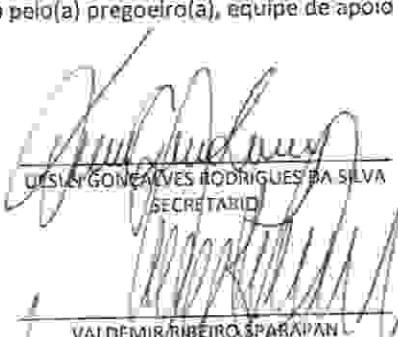
Efetuada a entrega dos envelopes no setor de licitações, o/a Senhor(a) Pregoeiro(a) declarou encerrado o prazo de entrega de qualquer envelope nos termos do edital. Em ato contínuo, procedeu-se o credenciamento do(s) representante(s) presente(s) e em seguida a abertura do envelope nº 1, contendo as propostas, que foram analisadas e rubricadas pelo pregoeiro (a), equipe de apoio e representante(s) presente(s). O/A pregoeiro (a) fez a leitura em voz alta do preço proposto, conforme a tabela abaixo.

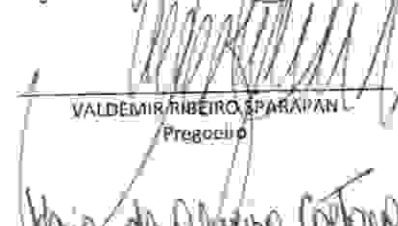
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR	LOTE	DESCRIÇÃO	VL. EDITAL	VL. VLFINAL
1	EDITORA E GRÁFICA PARANÁ PRESS S/A	1	ANEXO I	R\$ 13.732,00	R\$ 12.000,00

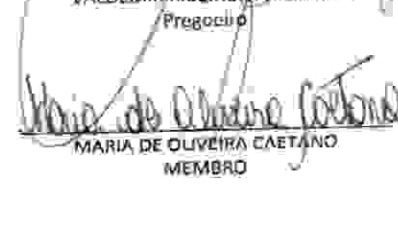
Valor Total Por Fornecedor em R\$:


VENCEDOR(ES):	VL. TOTAL
EDITORA E GRÁFICA PARANÁ PRESS S/A	R\$ 12.000,00

Encerrada a fase de lances verbais, o/a senhor(a) pregoeiro(a) deixou livre a palavra e como ninguém manifestou interesse em interpor recurso, procedeu-se a abertura dos envelopes nº 2, contendo o(s) documento(s) da(s) proponente(s) vencedora(s), os quais foram analisados e rubricados pelo(a) pregoeiro(a), equipe de apoio e representante(s) presente(s), sendo verificadas todas as certidões, estando as mesmas em conformidade. O/A pregoeiro (a) deixou livre a palavra e como ninguém manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso ao participante o direito a recurso, nos termos do inciso XX do artigo 4º, da Lei 10.520/2002. Verificou-se que a(s) proponente(s) apresentou (aram) todos os documentos de acordo com as exigências do edital, motivo pelo qual o/a pregoeiro (a) declarou vencedora(s) a(s) empresa(s), conforme valores propostos na tabela acima, adjudicando, conforme registrado no(s) respectivo(s) item(ns). O/A senhor (a) pregoeiro (a) deixou livre a palavra e como ninguém mais se manifestou, encerrou-se a presente sessão sendo redigido a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo(a) pregoeiro(a), equipe de apoio e representante(s) presente(s).


UESLEY GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA
SECRETÁRIO


VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Pregoeiro


MARIA DE OLIVEIRA CAETANO
MEMBRO


MARILDA ROSA NASCIMENTO DA SILVA
MEMBRO


VILMA MEDEIROS FERREIRA DE MELO
MEMBRO

AUSENTE
REPRESENTANTE

PROPOSTA DE PREÇO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-PR
REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 160/2017

EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A

CNPJ: 17.301.431/0001-98

Rua Paul 243 - Centro - Londrina/PR

Fone/Fax: 181 3374 2015

Caixa Postal 100 - Fone/Fax: 181 3374 2003

Dados para assinatura do contrato - José Nicolas Murta Mello RG 11.004.378-4/PR - CPF 344.843.561-87

E-mail: contato@paranapress.com.br

Item	Descrição/serviço	Quantidade de CM/COLUNA	Preço Unit.	Preço Total R\$
01	Contratação de serviço gráfico para a realização de publicação de atos oficiais (decretos, portarias, atos de grande circulação etc.) em jornais de grande circulação (Estadual, As Pioneiras, ou outro jornal) de acordo com o que for avaliado pelo Município.	400	R\$ 30,00	R\$ 12.000,00

TOTAL: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Realização de publicação de atos oficiais (decretos, portarias, atos de grande circulação etc.) em jornais de grande circulação (Estadual, As Pioneiras, ou outro jornal) de acordo com o que for avaliado pelo Município.

A publicação deverá seguir os padrões de publicação dos atos oficiais, em letra tipo Arial/Times, tamanho 10 a 12 para título e de 08 a 12 para texto.

A contratação deverá disponibilizar edições coloridas, com tiragem mínima de 30.000 (trinta mil) exemplares e abrangendo no mínimo 40 (quarenta) municípios do Estado do Paraná, SENDO COMPROVADO ATRAVÉS DO IVO.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

Prazo de entrega/fornecimento: Conforme Edital

Condições de pagamento: Conforme Edital.

Vigância do Registro de preços: 12 (doze) meses, contados da data de abertura das inscrições.

Declaro, para os devidos fins, que estão incluídos no preço proposto todos os impostos, seguros, tarifas, fretes, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes até a efetiva entrega dos jornais.

Declaramos que o valor proposto compreende todas as despesas concernentes desta contratação:

Declaramos atender e cumprir todas as exigências do referido Edital.

Downloaded At: 11:53 11 September 2009

Jose Nicolas Maria Mejia
RG 11.006.378-4 SSP/PR
CPF 744.969.581-87
Diretor

Alessandro Andrade Vieira Mello
RG 3.149.721-3 SSP/PR
CPF 864.270.919-72
Diretor



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedra Amarela dos Santos, 900 – CEP 87528-000 Fone/Fax (44) 3664 1320

e-mail: altoparaíso@pref.pr.gov.br

72

PARECER JURÍDICO

OBJETO: *Processo Licitatório 160/2017 – Pregão Presencial 117/2017 – Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais do Município de Alto Paraíso em jornal de grande circulação Estadual.*

Trata-se de licitação na modalidade **Pregão Presencial**, realizada pelo Município de Alto Paraíso, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais do Município de Alto Paraíso em jornal de grande circulação Estadual. Sendo que a publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares do Edital.

Analizados pela Procuradoria Jurídica os critérios atinentes à abertura do aludido procedimento licitatório, seguiu-se parecer favorável levando-se em conta a regularidade do Edital de Abertura e Minuta do Contrato.

Partindo-se da *Fase Preparatória*, em atenção ao disposto no art. 3º, incisos I e III, da Lei 10.520/2002, vislumbra-se que o processo licitatório teve início mediante JUSTIFICATIVA apresentada pela Sr. JOB REZENDE NETO, Secretário Geral de Administração.

Ato contínuo, foi efetuada a "CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFIRMAÇÃO E RESERVA DE SALDO", pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal.

Seguindo-se de solicitação da abertura da Celebração de Ata de Registro de Preços, formalizada pelo Sr. JOB REZENDE NETO, Secretário Geral de Administração, ao Sr. Prefeito Municipal, a qual foi deferida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.



Ato contínuo, o Sr. Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio do Município, constituída pela Portaria nº 246/2017, de 01.06.2017, representada pelos Srs. VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN (Pregoeiro), UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA (Secretário), VILMA MEDEIROS FERREIRA DE MELO, MARIA DE OLIVEIRA CAETANO e MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA (membros), elaboraram o Edital de Abertura do certame, na modalidade Pregão Presencial, no tipo "Menor Preço por Lote", além dos editais que o guarnecem, em especial, a Minuta do Contrato.

Documentos que como retratado alhures, já foram alvo de exame pela Procuradoria do Município, recebendo parecer favorável, até então.

Em respeito ao *princípio da publicidade*, foi publicado no órgão oficial do município (Jornal Umuarama Ilustrado – Edição 11.104), em data de 28.10.2017, o AVISO DE LICITAÇÃO. Sendo o AVISO DE LICITAÇÃO republicado por incorreção, novamente, em data de 31.10.2017 (Jornal Umuarama Ilustrado – Edição 11.106).

Salientando que a DATA DE ABERTURA (sendo este o prazo final para apresentação das propostas – Item 1.1 Edital de Abertura) do certame estava programada para o dia 14.11.2017, respeitando-se, portanto, o prazo mínimo de oito dias úteis estabelecido no art. 4º, V, da Lei 10.520/2002.

Analisando-se o certame quanto à *Fase de Classificação e Julgamento das Propostas*, constatou-se que, em que pese a Administração Pública tenha se empenhado em dar publicidade à licitação, tendo efetuando as publicações necessárias, apenas uma empresa se interessou em participar do certame (EDITORIA E GRÁFICA PARANÁ PRESS S.A. CNPJ 77.338.424/0001-95), a qual protocolizou os envelopes de proposta e documentação no prazo legal.

O fato de apenas uma empresa demonstrar interesse pela prestação do serviço solicitado pela Administração Pública não inviabiliza o certame. No Pregão, diferentemente do que ocorre no *Convite* onde a publicidade se opera pelo envio de Cartas a propensas empresas do ramo, a publicidade se dá pela publicação de Aviso de Licitação no Órgão Oficial do Município.

Conforme consta da ATA DE REUNIÃO DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS ENVELOPES, a Comissão Permanente de Licitação, presidida pelo Sr. Pregoeiro designado, auxiliado pela Equipe de Apoio, procedeu à abertura do **envelope de proposta de preços**, os quais encontravam-se dentro do limite estabelecido no Edital de Abertura.



Ato contínuo, foi aberto o **envelope de documentação**, cotejados os mesmos, com os requisitos exigidos no Edital, o Sr. Pregoeiro designado, auxiliado pela Equipe de Apoio, deliberou pela regularidade dos mesmos, habilitando a empresa, conforme se infere pela Ata.

Como a única licitante abriu mão da intenção de interpor recurso, o Pregoeiro designado declarou a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

Finalmente, foi declarada encerrada a Sessão Pública, lavrando-se a respectiva ata.

No que tange à documentação apresentada pela empresa licitante, esta Procuradoria Jurídica aconselha ao Sr. Presidente, especialmente ao Sr. Pregoeiro designado e Equipe de Apoio, que fiscalizem a regularidade e autenticidade dos documentos e certidões apresentados pela empresa, o que, pelo que consta na ata de julgamento, supõe-se já tenha sido realizado pelos mesmos.

Ressalta este Procurador que a averiguação quanto à autenticidade e adequação dos documentos apresentados pela empresa, quanto ao que fora exigido no edital, foge à competência do advogado, razão pela qual mais uma vez alertamos ao Sr. Prefeito, assim como aos membros da comissão licitante e Sr. Presidente quanto à cautela acerca da averiguação quando à conformidade dos mesmos.

O mesmo se infere ao preço de referência dos itens que foram objeto do certame licitatório. Por questão óbvia, a averiguação desses valores quanto à adequação ao preço de mercado distancia-se das atribuições da Procuradoria Jurídica, supondo-se que, contudo, tenham sido corretamente averiguados pelo servidor e departamento responsável, haja vista a presunção de legalidade que deve sempre se esperar dos atos da administração. De todo modo, compete ao Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio atentarem-se, também quanto a esse fato, se já não o fizeram.

Observadas as ponderações acima, o posicionamento adotado por esta Procuradoria Jurídica, respeitada opinião contrária, é pela regularidade da licitação, contudo, ressaltamos que o parecer ora apresentado é meramente técnico, não vinculando a decisão do administrador, conforme preconiza o egrégio STF.¹

¹ STF – MS 24073/DF – Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, DJ 31.10.2003 e MS 24631/DF – Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno – DJ 01.02.2008.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amara dos Santos, 900 – CEP 87528-000 Fone/Fax (44) 3664 1320

e-mail: altoparaíso@pref.pr.gov.br

75

Desde que observadas as ponderações supra, notadamente a não vinculação da futura decisão do administrador, nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da norma foram preenchidos, motivo pelo qual poderá o Sr. Prefeito Municipal, caso julgue conveniente ou necessário, contratar a empresa vencedora do certame, desde que, é claro, as documentações apresentadas sejam autênticas e atendam aos ditames do edital e da lei pertinente, o que deverá ser observado, inclusive, antes e durante a vigência do futuro contrato.

É o nosso parecer, S.M.J.

Alto Paraíso/PR, 22 de novembro de 2017.



PAULO ARANTES MEDEIROS
Assessor Jurídico do Prefeito
OAB-PR 56.967



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DECRETO N.º 1683/2017

DATA: 22 de Novembro de 2017.

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo licitatório, Modalidade Pregão, n.º 117/2017.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa **EDITORA E GRAFICA PARANA EXPRESS S.A.**, o lote I, do resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 117/2017.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 117/2017 em favor da empresa **EDITORA E GRAFICA PARANA EXPRESS S.A.**, o lote I, que tem como objeto: Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso; aos 22 dias do mês de Novembro de 2017.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

**PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

EM 23 / 11 / 2017

Edição N.º 11.124

2002		
2003		
2004		
2005		
2006		

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

RENATO KRAVCHIKOW DOMICILINIS JORGE
CONTADOR CRC/PR - 046890/0-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA REF. AO PROCESSO LICITATORIO TOMADA DE PREÇO N.º 007/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA - PR E A EMPRESA INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMAUARAMA EIRELI
O MUNICIPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede na R. 28 de Julho, 1814, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 15.182.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K. Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMAUARAMA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 10.801.435-00, inscrita no CPF sob o n.º 809.031.428-00, doravante denominada CONTRATADO, considerando o § 1º, art. 65, da Lei n.º 8665/93 e considerando a necessidade de execução de uma obra de reaparelhamento asfáltico em via urbana da sede do Município de Cidade Gaúcha - PR, conforme Processo n.º 1028328-35/2015, Convênio n.º 828290, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE EMPREITADA, celebram o presente instrumento conforme exposto nas cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Até o presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula 9 (nona) do contrato original sob n.º 120/2016 que vem acrescer o prazo de execução dos serviços contratados, estendendo-se o período até o dia 28 de Abril de 2018.
CLÁUSULA SEGUNDA
As partes resolvem, além disso, alterar a cláusula 17 (décima sétima) do contrato original, acrescentando a vigência contratual do presente termo em mais 365 (trezentas e sessenta e cinco) dias, estendendo-se até 29 de Novembro de 2018.
CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 29 de Novembro de 2016.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 21 de Novembro de 2017.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
HUGO DE ASSIS GONZAGA
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO
CONTRATO N.º 120/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CIDADE GAÚCHA - ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADO: ANTONIO FERREIRA DA COSTA
DO OBJETO: O Arrendatário é legítimo possuidor e proprietário do bem imóvel, constituído pelo lote "A", Gleba n.º 06, matriculado junto ao CRI n.º 20.259. O referido imóvel, encontrando-se livre e desembarçado de quaisquer ônus, sendo que, dispõe do presente, na forma de Arrendamento para a Arrendatária, acima especificada, por livre escolha do Poder Público do imóvel, de melhor atender a administração.
DO VALOR: Fica acordado que a Arrendatária, irá indenizar o Arrendatário, com a importância certa e líquida de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês, totalizando o valor global de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos do objeto deste presente instrumento, pagos mensalmente, a cada 30 (trinta) dias da data do início da assinatura contratual.
DA VIGÊNCIA: O prazo deste contrato é de 21 de Novembro de 2017 até o dia 21 de Novembro de 2018. Em caso de não utilização do bem, para os fins já mencionado acima, o não cumprimento das obrigações já acordadas, o bem imóvel deverá ser entregue ao Arrendatário, não podendo exercer qualquer direito de posse ou retenção, sobre o mesmo.
Cidade Gaúcha - PR, 21 de Novembro de 2017.
ALEXANDRE LUCENA
Arrendatário
ANTONIO FERREIRA DA COSTA
Arrendatário
Testemunhas:

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONVENÇÃO MUNICIPAL

Nos termos da legislação em vigor e em conformidade com o Estatuto do PMN, convocamos todos os filiados ao Partido da Mobilização Nacional - PMN, deste Município de Mariluz, para a Convenção Municipal, que será realizada no dia 29 de Novembro de 2017, com início às 19:00 hs e encerramento às 22:00 hs, na Câmara Municipal de Mariluz, sito Avenida Marília, 1890, Centro, Mariluz Estado do Paraná, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 1 - Eleição da Comissão Executiva Municipal;
 - 2 - Assuntos Gerais;
- Mariluz, 20 de novembro de 2017
Jhone Junior Almeida
Presidente da Comissão Provisória Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 178/2.017, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2.017
Súmula: Suspensão e outorga de alvará para construção e a análise e aprovação de projetos arquitetônicos referente a imóveis localizados em loteamentos não aprovados ou em fase de regularização junto ao Município de Douradina.
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal:
CONSIDERANDO que a autorização para construção é efetivada por meio de Alvará para Construção outorgado no ato de aprovação do Projeto Arquitetônico, conforme previsto nos artigos 19 e 22 da Lei Complementar n.º 26/2009 - Código de Obras e Edificações;
CONSIDERANDO que, nos termos do parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar n.º 21/2009 - Lei do Plano Diretor, e autorização para construção, somente será outorgada pelo Poder Executivo Municipal após cumprimento dos critérios estabelecidos na Lei de Zoneamento e Ocupação do Solo, na legislação ambiental, na Lei de Parcelamento do Solo e demais disposições legais pertinentes;
CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 24/2008 - Lei do Parcelamento do Solo do Município de Douradina, bem como a Lei Federal n.º 6.766/1979 estabelecem as normas para implantação de loteamentos;
CONSIDERANDO a existência de diversos loteamentos não aprovados ou em fase de regularização junto ao Município.
RESOLVE:
Art. 1º. SUSPENDER a outorga de alvará para construção, bem como a análise e aprovação de projetos arquitetônicos referentes a imóveis localizados em loteamentos não aprovados ou em fase de regularização junto ao Município.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Douradina/PR, 22 de novembro de 2.017.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 462/2.017 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2.017
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação."
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n.º 1.709 de 30 de novembro de 2015, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de R\$ 60,00 (Seissenta reais), a servidora municipal Rosevane Aparecida Corral, matrícula n.º 327, ocupante do cargo de Supervisora, Lotado no Departamento de Educação, nos seguintes dias, local e finalidade:
Data Destino Motivo
27/11/17 Maringá-PR Participar do Encontro Presencial II, destinados aos FORMADORES LOCAIS, do Ciclo de Alfabetização e Educação Infantil, vinculados no PNAIC/UEM 2017-2018.
I - Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão incluídos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - De-se ciência. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 22 de novembro de 2017.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 463/2.017 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2.017
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação."
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n.º 1.709 de 30 de novembro de 2015, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de R\$ 60,00 (Seissenta reais), a servidora municipal Maria José Marafiotto Novo, matrícula n.º 342, ocupante do cargo de orientadora na Escola Drummond de Andrade Educação Infantil e Ed. Fundamental, Lotado no Departamento de Educação, nos seguintes dias, local e finalidade:
Data Destino Motivo
27/11/17 Maringá-PR Participar do Encontro Presencial II, destinados aos FORMADORES LOCAIS, do Ciclo de Alfabetização e Educação Infantil, vinculados no PNAIC/UEM 2017-2018.
I - Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão incluídos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - De-se ciência. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 22 de novembro de 2017.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal



MUNICIPIO DE DOURADINA

Estado do Paraná

Exercício: 2018

Art. 2º, Parágrafo 1º

Síntese Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Função da Governança.

RECEITAS	DESPESAS
Impostos, Taxas e Contribuições de Intervenção	Legislativa
Contribuição	Administração
Receita Patrimonial	Assistência Social
Receita de Serviços	Saúde
Transferências Correntes	Educação
Transferências Correntes - União/Estados	Cultura
Outras Receitas Correntes	Sociedade
Contribuição de Renda	Segurança
Transferências de Capital	Desporto
	Outros
	Reserva de Contingência
TOTAL	TOTAL

JOÃO ROBERTO SOSSAI
PREFEITO

FERNANDA DA SILVA
CONTADOR

ROSAIRIS A. APARECIDA SEGALA OLIVEIRA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TENDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
DECRETO N.º 1663/2017
DATA: 22 de Novembro de 2017.
SÚMULA: Adjuca e homologa resultado do processo licitatório, Modalidade Pregão, n.º 117/2017.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan, DECRETA:
Art. 1º Fica Adjudicado em favor da empresa EDITORA E GRAFICA PARANA EXPRESS S.A., o lote I, do resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 117/2017.
Art. 2º Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 117/2017 em favor da empresa EDITORA E GRAFICA PARANA EXPRESS S.A., o lote I, que tem como objeto: Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de livros oficiais deste Município, em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.
Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 22 dias do mês de Novembro de 2017.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 251/2017 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017
Revoga o Decreto n.º 198/2017 de 15 de setembro de 2017, que prorrogava o prazo de validade do concurso público realizado através do Edital n.º 001/2015.
CLAUDENIR GERVASONE - PREFEITO MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 57, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Altônia, D E C R E T A:
Art. 1º. Fica revogado o Decreto n.º 198/2017 de 15 de setembro de 2017, que prorrogava a validade do concurso público realizado através do Edital n.º 001/2015.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prego Municipal Ver. Pedro de Pariva, aos 20 dias do mês de novembro de 2017.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail –

Contrato Prestação de Serviço nº 161/2017

Pregão Presencial nº 117/2017

Processo Administrativo nº 160/2017

Homologado: 22/11/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO E A EMPRESA EDITORA E GRAFICA PARANÁ PRESS S.A

I – CONTRATANTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, CEP: 87528-000 inscrita no CGC/MF sob o n.º 95.640.736/0001-30, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **EMPRESA EDITORA E GRAFICA PARANÁ PRESS S.A**, com sede na Rua Piauí, nº 214, Centro, Londrina PR, CEP: 86010-420, inscrita no CNPJ: 77.338.424/0001-95, denominada **CONTRATADA**.

II – REPRESENTANTES: Represente o **CONTRATANTE** o Sr. Prefeito Municipal, Sr. **DERCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado em nesta cidade de Alto Paraíso - PR, inscrito no RG sob nº 1.649.033-4 SSP/PR, e no CPF sob nº 474.519.719-53 e a **CONTRATADA** o Sr. **JOSÉ NICOLAS MURTA MEIJA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Maurício Alves da Silva, nº 282, Vale do Arvoredo, cidade de Londrina, CEP: 86.047-596 Estado do Paraná – portador do RG n.º 11.006.378-4 SSP/PR e CPF. Nº 744.969.561-87.

III – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sr. Prefeito Municipal, exarado em despacho constante do Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº 117/2017, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações, assim como de acordo com as especificações técnicas constantes no Edital de Pregão nº 117/2017, em seus Anexos e em conformidade com o ajustado a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – É objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses contando a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, se houver interesse da Administração Municipal, conforme disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pelos serviços prestados ora contratados, a contratante pagará o valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme a proposta apresentada no Pregão Presencial nº 117/2017 pela contratada.

3.2. Os preços incluem, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail -

DESCRIMINADO A BAIXO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município.	400	Cm/pol	30,00	12.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO EM R\$					12.000,00

3.3. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade deste Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

3.3.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face de aumento autorizado pelo Governo Federal.

3.3.2 - Caso ocorra a variação nos preços, o contratado deverá solicitar formalmente a PREFEITURA, devidamente acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido.

3.4. Os pedidos de pagamento deverão ser devidamente instruídos com a Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas correspondente serão discriminativas, constando o número do Edital e assinatura do responsável da Secretaria competente, sem os quais não serão atendidos, conforme descrito no item 15.3 do edital.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou à compensação financeira por atraso de pagamento.

3.6. O pagamento será efetuado 30 dias após a emissão da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, (Cheque Nominal ou depósito, em Conta Corrente do fornecedor ou transferência eletrônica).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

O pagamento da importância contida nesta cláusula correrá à conta dos recursos próprios do Município, conforme dotação constante em Lei vigente, conforme segue abaixo:

6269	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.128.0003.2.009	DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	44
6270	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.05.00.04.122.0003.2.011	DIV. ASSISTENCIA TECNICA ADMINISTRATIVA	56
6271	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.06.00.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	66
6272	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.07.00.04.122.0003.2.014	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	75
6274	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.09.00.04.091.0003.2.085	PROCURADORIA MUNICIPAL	95
6276	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.03.00.04.121.0004.2.018	DIV. FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	115
6279	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	04.06.00.04.129.0006.2.087	DIVISAO DE TRIBUTOS	149
6297	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.039	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	302
6298	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	334
6299	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	335
6300	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	336
6301	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	352
6302	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	353
6303	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	359
6304	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	381
6305	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	382



6308	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	06.01.00.10.301.0014.7.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	344
------	--------------	-------------------------------	----------------------------	--------------------------	-----

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A entrega, fiscalização e responsabilidade do controle dos serviços ficarão a encargo das Secretarias Solicitantes que assinarão as notas fiscais, sempre mediante a emissão de requisição e/ou ordem de fornecimento, durante a vigência do contrato.

5.2. Os serviços deverão ser efetuados mediante apresentação de requisição devidamente assinada e carimbada por representante do município detentor de poderes para tanto e no local previamente indicado pela municipalidade.

5.3. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, e pelas particularidades de uso do produto, objeto deste contrato, o fornecedor deverá providenciar a substituição do serviço imediatamente, sem ônus para a Prefeitura do Município de Alto Paraíso, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DAS GARANTIAS

6.1. O prazo para a Garantia da Prestação dos serviços é sucessivo, estendendo-se ao longo da vigência do contrato, de acordo com a necessidade e conveniência da contratante.

6.2. Durante o prazo de vigência da garantia, a contratada deverá executar todas as intervenções corretivas e necessárias, a fim de manter a qualidade do objeto, sem ônus para o contratante, nos termos da minuta contratual conforme Anexo VII.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR.

7.1. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do pregão.

7.2. Inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos na sub-cláusulas, e não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura do Município de Alto Paraíso, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o fornecedor signatário deste Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura do Município de Alto Paraíso.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. A quantidade prevista para efeito de fornecimento poderá ser alterada nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante o correspondente termo de aditamento a este Contrato.

8.2. O fornecedor signatário deste Contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos de itens registrados, até o limite de 25% do valor estimado de contratação para o lote.

8.3. Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos dos serviços e a retribuição da Administração Pública para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail –

8.4. Os dados pertinentes ao restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente deverão ser demonstrados por meio do preenchimento de Planilha de Decomposição de Preços.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:

9.1.1 sem prejuízos das demais penalidades previstas na Lei no. 8.666/93, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia, sobre o valor da despesa, se houver atraso injustificado na entrega do produto e por descumprimento de obrigações fixadas no Edital e em seus Anexos.

9.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, caso haja recusa na entrega do produto licitado, independentemente de multa moratória.

9.1.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à tesouraria da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, após a respectiva notificação.

9.1.4. Vencido o prazo proposto e não sendo cumprido o objeto, ficará o órgão comprador liberado para se achar conveniente, rescindir o Contrato, aplicar a sanção cabível e convocar se for o caso, outro fornecedor, observada a ordem de classificação, não cabendo ao licitante inadimplente direito de qualquer reclamação.

9.2.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:

9.2.2.1. Notificação;

9.2.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 5 (cinco) dias, contado da comunicação oficial;

9.2.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

9.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que:

9.2.4. Deixar de assinar o Contrato;

9.2.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

9.2.6. Não manter a proposta, injustificadamente;

9.2.7. Comportar-se de modo inidôneo;

9.2.8. Fizer declaração falsa;

9.2.9. Cometer fraude fiscal;

9.2.10. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.

9.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

9.4. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicado ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5. Compete a Procuradoria Jurídica da CONTRATANTE, quando for o caso, a aplicação de multa à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10. A rescisão contratual poderá ser:

10.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei no. 8.666/93;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 **CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail –

10.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

10.3. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o art. 87 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Para todos os efeitos de direito e para melhor caracterização da execução dos fornecimentos, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato O Edital de Pregão Presencial nº 117//2017 e seus respectivos anexos, em especial, as propostas de preços e os documentos de habilitação do fornecedor.

11.2. A execução do Contrato será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

11.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, com Exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos na Constituição Federal. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Alto Paraíso- PR, 24 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Dêrcio Jardim Junior

Editora e Gráfica Paraná PRESS S. A
Contratado

Testemunhas:

Valdemir Ribeiro Sparapan
005.876.549-29

Marilda Rosa do Nascimento da Silva
033.220.759-58

Publicação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3864 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, **NOTIFICAMOS** os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento das seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
UNIÃO - Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	30/11/17	176.703,84
TOTAL REPASSE		176.703,84
UNIÃO - Cota Parte do Imposto Sobre Propriedade Terrestre Rural	30/11/17	5.617,49
TOTAL REPASSE		5.617,49
UNIÃO - Icms Desonerado - LC 87/96	30/11/17	5.933,09
TOTAL REPASSE		5.933,09

Alto Paraíso, 05 dezembro de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1697/2017
SÚMULA: Compatibiliza o anexo das Metas das Ações de Governo em conformidade com a Lei 437/2017 - Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2018 a 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº 437, de 04 (quatro) de dezembro de 2017,
DECRETA:
Art. 1º. Fica aprovado o anexo das Metas das Ações de Governo da Lei nº 437/2017 que trata das Diretrizes Organizacionais para o exercício de 2018.
Parágrafo Único: Esse Decreto tem a finalidade de compatibilização de metas e valores entre o Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA amparado pelo art. 11 da Lei 437/2017.
Art. 2º. Este Decreto Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Edição da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2017
REF: PROCESSO LICITATÓRIO - REGISTRO DE PREÇOS - PREÇO PRESENCIAL 117/2017.
DATA DE ASSINATURA: 24 de novembro de 2017
CONTRATANTE: Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.
CONTRATADA: EDITORA E GRAFICA PARANÁ PRESS S.A.
CNPJ: 77.338.424/0001-95
OBJETO: É objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais desta Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações deverão ser realizadas de acordo com a necessidade do Município, segundo as condições particulares desta Edital.
VALOR: R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 de novembro de 2018.
FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 173/2017
Pregão Presencial SRP n. 125/2017
A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Contorno licitatório na modalidade PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Celebração de Ata de Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de Vócos Comuns, Temperados, Persianas, Divisórias entre outros, objetivando suprir as necessidades de todas as secretarias do Município de Alto Paraíso, conforme relação constante no Anexo I, constante no Anexo I-A, desta Edital.
Exclusiva para MICRO EMPRESA (ME), MICRO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL (MEI) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).
Não havendo proposta exclusiva de participação das MPES, EPPS e MEIS, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadram como tal.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DE ABERTURA: 20/12/2017 - 08h30m - Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº 1596/2017, de 05 de 06/2017, bem como, subsidiariamente, pela Lei nº 9.896/93, de 21 de junho de 1993, de Lei Complementar 125/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei Complementar Municipal nº 077/2017 e alterações posteriores, demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações telefonando (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br, conforme art. 32 da Lei Federal nº 8.096/93.
Edição da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Dezembro de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 162/2017
PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 022/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: BOTELHO ENFERMAGEM PARAÍSO LTDA ME
OBJETO O CREDENCIADO prestará serviços na área de saúde para atendimento geral, ESF, Estratégia saúde da família, atendimento de urgência e emergência serviços de saúde complementar e demais especialidades médicas, para o atendimento dos referidos cargos para o exercício de 2017, conforme o termo descritivo Anexo V, para a Sede

Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3864 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3864 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3864 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3864 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3864 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

83

Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3864 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

Alto Paraíso - PR., 22 de Novembro de 2018.

Exmo. Sr.

DERCIO JARDIM JUNIOR

DD. Prefeito Municipal de Alto Paraíso

NESTA

Senhor Prefeito,

Tendo em mãos solicitação de Aditivo de Prazo de Contrato emitido pela Secretaria Geral de Administração, como transcrevo a seguir:

O objeto do presente contrato, elaborado nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02, é a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

Contrato Prestação de Serviço nº 161/2017

Pregão Presencial nº 117/2017

Processo Administrativo nº 160/2017

Homologado: 22/11/2017

Venho através deste solicitar para que seja feito um aditivo de prazo referente ao contrato acima e epígrafe com prazo de vigência até 24/11/2019.

Sendo só o que se apresenta para o momento,

Autorizo, cumprida a formalidade legal.
Encaminha-se ao Setor de Licitação para
providência em: 22/11/2018.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320



DA
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARA
GABINETE DO PREFEITO

SOLICITAÇÃO

O objeto do presente contrato, elaborado nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02, é a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

Contrato Prestação de Serviço nº 161/2017
Pregão Presencial nº 117/2017
Processo Administrativo nº 160/2017
Homologado: 22/11/2017

Venho através deste solicitar para que seja feito um aditivo de prazo referente ao contrato acima e epígrafe com prazo de vigência até 24/11/2019.

Sem mais para o momento aguardo providências;

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 22 de Novembro de 2018.

JOB REZENDE NETO
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320



DO.: SETOR DE LICITAÇÃO

PARA: SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: SOLICITAÇÃO DE SALDO

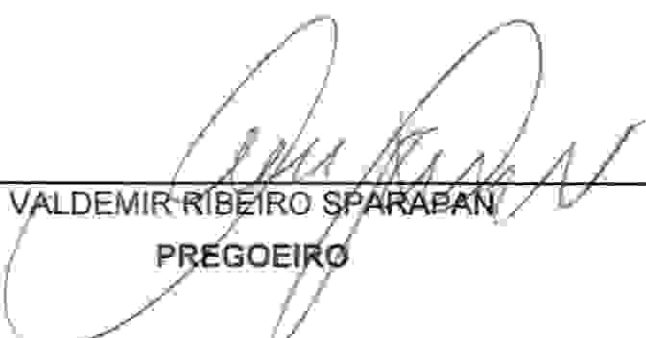
Solicito informar se há saldo de dotação para a Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

**Contrato Prestação de Serviço nº 161/2017
Pregão Presencial nº 117/2017
Processo Administrativo nº 160/2017
Homologado: 22/11/2017**

Venho através deste solicitar saldo de dotação para que seja feito um aditivo de prazo referente ao contrato acima e epigrafe com prazo de vigência até 24/11/2019.

Sem mais para o momento aguardo providências;

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 22 de Novembro de 2018.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
PREGOEIRO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320



SETOR DE CONTABILIDADE

AO, SR

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

PREGOEIRO

Tendo em mãos solicitação de Aditivo de Prazo de Contrato emitido pelo Setor de Licitação, como transcrevo a seguir

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.

Contrato Prestação de Serviço nº 161/2017

Pregão Presencial nº 117/2017

Processo Administrativo nº 160/2017

Homologado: 22/11/2017

Venho através deste confirmar saldo de dotação para que seja feito um aditivo de prazo referente ao contrato acima e epígrafe com prazo de vigência até 24/11/2019.

CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

DESP.	DESDOBRAMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	ÓRGÃO/UNIDADE	PRINC.
730	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.122.0003.2.014	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	706

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 22 de Novembro de 2018.


RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE

CONTADOR



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 **CEP 87528-000**
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 161/2017

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n.º 95.640.736/0001-30, com sede à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **DÉRCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado em nesta cidade de Alto Paraíso - PR, inscrito no RG sob n.º 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53, doravante denominado **CONTRATANTE**, do outro lado a firma **EMPRESA EDITORA E GRAFICA PARANÁ PRESS S.A** com sede na Rua Piauí, nº 214, Centro, Londrina PR, CEP: 86010-420, inscrita no CNPJ: 77.338.424/0001-95, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ NICOLAS MURTA MEIJA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Maurício Alves da Silva, nº 282, Vale do Arvoredo, cidade de Londrina, CEP: 86.047-596 Estado do Paraná – portador do RG n.º 11.006.378-4 SSP/PR e CPF. N.º 744.969.561-87 Doravante denominado **CONTRATADO**.
Considerando, solicitação de Aditivo emitido pela Secretaria Geral de Administração sr. Job Rezende Neto;

Considerando, autorização e solicitação, emitida pelo Prefeito Municipal;

Considerando que, a Empresa ora contratada, manterá o mesmo valor do contrato; resolvem alterar o contrato n.º 161/2017 como segue:

CLAUSULA PRIMEIRA:

Fica alterado a clausula segunda da Vigência do Contrato nº 161/2017, prorrogando o prazo de vigência do contrato para 24/11/2019

CLAUSULA SEGUNDA

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo descritas.

DESP.	DESDOBRAMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	ÓRGÃO/UNIDADE	PRINC.
730	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.122.0003.2.014	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	706

CLAUSULA TERCEIRA:

O presente termo de Aditivo deste contrato entrará em vigor a partir do dia 24/11/2018, permanecendo inalteradas as demais clausulas e condições do referido contrato.

E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente contrato, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 22 dias de Novembro de 2.018.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Dércio Jardim Junior

Editora e Gráfica Paraná PRESS S. A
Contratado

Testemunhas:

Valdemir Ribeiro Sparapan
005.876.549-29

Marilda Rosa do Nascimento da Silva
033.220.759-58

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 07/12/2018

Edição N.º 11.431

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 181/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: EMPRESA EDITORA E GRAFICA PARANÁ PRESS S.A.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a realização de publicação de atos oficiais deste Município em jornal de Grande Circulação Estadual. As Publicações serão solicitadas de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital.
CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica alterado a cláusula segunda da Vigência do Contrato nº 181/2017, prorrogando o prazo de vigência do contrato para 24/11/2019.
CLÁUSULA TERCEIRA:
O presente termo de Aditivo deste contrato entrará em vigor a partir do dia 24/11/2018, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do referido contrato.
FORUM: Comarca de Xambé

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
MESA Nº 044/2018
A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, resolve
AUTORIZAR o Senhor Contador CÍCERO COSMO, com o devido requerimento protocolado na Secretaria, face ao comunicado interno da presidência, a viajar a cidade de Maringá - PR, neste Estado, no dia 07 de dezembro do corrente ano, representando este Poder Legislativo junto a empresa GOVBR-GovernançaBrasil, para participar do curso/treinamento "Encerramento Contábil de 2018 e Práticas e Conceitos da Matriz de Saldos Contábeis", com direito a recebimento de 1/2 (meia) diária, antecipadamente, e reembolso de suas despesas com locomoção, conforme Lei Municipal nº 0457 de 11/07/2018, publicado em 14/07/2018 na Edição nº 11.312.
Edição da Câmara Municipal de Alto Paraíso, aos 05 de dezembro de 2018.
DEJALMA GONÇALVES DE OLIVEIRA
Presidente
LUZ CARLOS DE ARAUJO
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 161/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2018
CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: INFORMATICA COMÉRCIO DE IMPRESSOS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: Aquisição de Formulário Contínuo de Nota Fiscal do Produtor, destinado a Secretaria de Fazenda e Planejamento, Divisão de Arrecadação e Fiscalização do Município de Alto Paraíso, conforme descrição e especificação detalhada no anexo I deste edital. A CONTRATADA se declara em condições de entregar os produtos em estrita observância com o indicado nas Especificações e na Documentação levada a efeito pelo prego nº 062/2018, devidamente homologada pela CONTRATANTE, em 23/11/2018.
VALOR: R\$ 9.135,00 (nove mil, cento e trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2019
FORUM: Comarca de Xambé

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 162/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: ABON IMÓVEIS LTDA ME
OBJETO: Constitui objeto deste Contrato de empresa para realizar a Avaliação de Valor de Mercado de Aproximadamente 140 (cento e quarenta) terrenos, no Loteamento de Porto Figueira, no Município de Alto Paraíso.
VIGÊNCIA: 30 de Novembro de 2019.
VALOR: 11.000,00 (onze mil reais).
FORUM: Comarca de Xambé

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
CNPJ Nº 20.282.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro - Cx. Postal 02 - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRI - Paraná
www.cmaltpiquiri.pr.gov.br camalpi@hotmail.com

PORTARIA Nº. 016/2018

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de progressão a servidor e dá outras providências.

O Senhor MIZAEL GOLFERI BINATTI - Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições, que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Contadora da Câmara Municipal de Alto Piquiri, MARIA APARECIDA VICENTE DO NASCIMENTO progressão por tempo de serviço, pela passagem do servidor, após cada doze meses de efetivo exercício no cargo, do nível no qual estiver localizado para o nível imediatamente subsequente, conforme previsto na Resolução Nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
LEI Nº 879/2018, DE 06 DE DEZEMBRO
SÚMULA: "AUTORIZA O EXECUSPÇÃO EM IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE PROVIDÊNCIAS."
A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFÉZOL do Paraná, no uso das atribuições legais previstas na Lei SANCIONA A SEGUINTE LEI: o no que se refere a necessidade de realizar vistoria/inspeção
Art. 1º - É autorizado o Executivo M e que se encontra sob a posse da APAE - Associação de Pais de LATICÍNIOS LTDA, pessoa jurídica constituída Comissão Especial para realização de INSPEÇÃO em Urbano, em Cafézol do Sul-PR, d seguintes membros: GESSICA FERNANDES MIRANDA-CPF: 24.417.883/0001-27, do imóvel obj CPF: 398.939.379-63 ALAN ALVES - CPF: 639.227.579-10, de 4.417,78 m2 (quatro mil, quatrocentos e setenta e sete metros quadrados) do seguinte imóvel: unificação das áreas desafetadas, im-2-B, esta da subdivisão do lote K-Rem-2, da subdivisão do e a Rodovia 485 e trecho da Rua Núcleo Serra dos Dourados, Município de Douradina, Estado do atividades de tratamento do Leite e dos resíduos líquidos.
Art. 2º - A cessão de uso ora permitida ao imóvel, área edificada, quem é o detentor da posse, tempo podendo ser revogada, caso não se tipo de atividade desenvolvida, número de empregos formais e I. A beneficiária, para as invasões em terrenos vizinhos.
50% (cinquenta por cento) da mão obra, pelos componentes da Comissão Especial, porém sem ônus I. A beneficiária deverá pagar sempre no prazo suas obrigações de dezembro de dois mil e dezoito (05/12/2018)
III. O imóvel cedido não I.
Art. 3º - Fica o Prefeito Municipal tomar firme e valiosa esta cessão.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
MÁRIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Art. 24, de Lei nº 8.866/93, a favor da empresa IMOBILIÁRIA em Razão do Preço, para a Contratação de empresa para urbanístico para fins de parcelamento de solo de loteamento urbana, Estado do Paraná de acordo com as especificações e referência, objetivando atender as necessidades da Secretaria adina-PR, no valor de R\$17.600,00(dezessete mil e seiscentos e oitenta e sete reais).
Submeto o ato à autoridade superior para ratificação e deva
Decreto Nº 264/2018, DE 05 DE DEZEMBRO
SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Cafézol do Paraná, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos e oitenta e sete reais), para atendimento das seguintes Programáticas:
05.901.10301.1500.2022.33903000, Presidente da Comissão de Licitação, que dispenseu, com 11.002.06182.2017.2032.33901100, IMOBILIÁRIA C. S. BARBOSA LTDA, inscrita no CNPJ nº: 02.001.04122.1100.2002.33903900, em Razão do Preço, para a Contratação de empresa para urbanístico para fins de parcelamento de solo de loteamento urbana, Estado do Paraná de acordo com as especificações e referência, objetivando atender as necessidades da Secretaria adina-PR, no valor de R\$17.600,00(dezessete mil e seiscentos e oitenta e sete reais).
Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais, a serem lançados no exercício de 2019, de acordo com o art. 26 da Lei nº 8.866/93, vez que o processo se encontra em andamento.
Art. 3º - A alteração orçamentária acima descrita encontra-se em conformidade com a LDO e PPA vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
MÁRIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

de Providência de Esperança Nova.
LEI Nº 07.015.371.0001/96.
Esperança Nova - Paraná.
Nº 05/2018
Art. 1º - A ratificação do ato da Prefeitura Municipal de Douradina, em 05 de dezembro de 2018, para a Contratação de empresa para urbanístico para fins de parcelamento de solo de loteamento urbana, Estado do Paraná de acordo com as especificações e referência, objetivando atender as necessidades da Secretaria adina-PR, no valor de R\$17.600,00(dezessete mil e seiscentos e oitenta e sete reais).
Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais, a serem lançados no exercício de 2019, de acordo com o art. 26 da Lei nº 8.866/93, vez que o processo se encontra em andamento.
Art. 3º - A alteração orçamentária acima descrita encontra-se em conformidade com a LDO e PPA vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
MÁRIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2018
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de aquisição de materiais de consumo para o Exame Médico Pericial o Antônio de Carvalho Brandão.
Art. 2º - Fica adjudicado o objeto do presente Edital, no valor de R\$ 4.398.569,8 - SSP-PR, ocupante do cargo de Médico Pericial sob-responsabilidade do Dr. Reinaldo Gomes, Presidente do Instituto de Medicina Legal do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
I - HOMOLOGAR, desde que constar em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, o resultado da Licitação na modalidade Pregão Presencial, para prestação de serviços de Medicina Legal, sob-responsabilidade do Dr. Reinaldo Gomes, Presidente do Instituto de Medicina Legal do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
II - CLASSIFICAR FINAL POR FORNECEDOR: SANDOVAL LOTE - DESCRIÇÃO: VALOR: R\$ 4.398.569,8 - SSP-PR, ocupante do cargo de Médico Pericial sob-responsabilidade do Dr. Reinaldo Gomes, Presidente do Instituto de Medicina Legal do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/93, o vencedor do Exame, o médico Perito deverá expedir o laudo médico, se é caso de licença médica ou validade de todas as informações que julgar pertinentes.
A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 538/2018
Cria a comissão municipal do PMAG do Estado do Paraná, para o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAG) e a Prefeitura Municipal de Cruz